



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BEATRIZ MOREIRA DE OLIVEIRA

**A ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DA VIA CAMPESINA NO MARCO DO
PARADIGMA NEOEXTRATIVISTA LATINO-AMERICANO**

BELÉM

2023

BEATRIZ MOREIRA DE OLIVEIRA

**A ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DA VIA CAMPESINA NO MARCO DO
PARADIGMA NEOEXTRATIVISTA LATINO-AMERICANO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado ao Centro de Ciências Naturais e
Tecnologia da Universidade do Estado do Pará
como requisito para a obtenção do grau de
Bacharelado em Relações Internacionais.
Orientadora: Prof. Dra. Mayane Bento Silva

BELÉM

2023

BEATRIZ MOREIRA DE OLIVEIRA

**A ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DA VIA CAMPESSINA NO MARCO DO
PARADIGMA NEOEXTRATIVISTA LATINO-AMERICANO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado ao Centro de Ciências Naturais e
Tecnologia da Universidade do Estado do Pará
como requisito para a obtenção do grau de
Bacharelado em Relações Internacionais.
Orientadora: Prof. Dra. Mayane Bento Silva

Banca Examinadora:

Prof. Mayane Bento Silva
Universidade do Estado do Pará

Prof. Domingos Antônio Feitosa Ribeiro
Universidade do Estado do Pará

Prof. Milton Ribeiro da Silva Filho
Universidade do Estado do Pará

Prof. Jacqueline Cunha da Serra Freire
Universidade Federal do Pará

Apresentado em: 23 / 03 / 23.

Conceito: 10

BELÉM
2023

AGRADECIMENTOS

Às muitas mãos e corações que possibilitaram a escrita deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus amados pais, Olímpio, Cláudia e Lívia, que me conceberam e me dão motivos para seguir viva.

À minha amada irmã, Geovana Mel, a melhor companhia de todas, desde a infância.

Aos meus muito queridos padrinhos, tios e primos, que me mantêm firme nos eixos. Em especial, Filomena, Giovani, Hervanilse, Eurides, Camila, Isabella e Matheus.

Aos meus amigos *fueguitos*, que pensam e caminham firmes ao meu lado. Anna Mathis, Ana Beatriz Aguiar, Ariane Trajano, Bruna Beltrão, Jeovana Reis, Juliana Morgado, Maria Clara Ramos, Maria Eduarda Alvarenga, Natália Barroso, Nathalia Vasques, Ramon Miranda, Samuel Romeiro.

À minha rede de apoio, que acalmou as turbulências ao longo do processo. Eliza Klautau, Gleicy Abdon, Suelly Mizuno e Nadja Leitão.

Aos meus orientadores, que me motivam a pesquisar dia após dia e deram ordem ao furor criativo dessa pesquisa. Prof.^a Mayane Bento e Prof. Domingos Ribeiro.

Ao Sr. Luiz Arnaldo Dias Campos, meu primeiro chefe, quem me abriu portas e apoiou meus projetos enquanto atuei na Coordenadoria de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Belém.

Aos demais colegas de curso, representados pelo Centro Acadêmico de Relações Internacionais Baena Soares, que resistem e não esmorecem. De cabeça e punhos erguidos, sigam por todos nós.

Por fim, dedico este trabalho ao saudoso Prof. William Monteiro Rocha. Sem suas palavras de conforto e seu exemplo inspirador em vida, eu não teria continuado.

*“– El mundo es eso – reveló – un montón de gente, un mar de fueguitos.
Cada persona brilla con luz propia entre todas las demás.
No hay dos fuegos iguales. Hay fuegos grandes y fuegos chicos y fuegos de todos los colores.
Hay gente de fuego sereno, que ni se entera del viento, y gente de fuego loco que llena el aire
de chispas. Algunos fuegos, fuegos bobos, no alumbran ni queman; pero otros arden la vida
con tanta pasión que no se puede mirarlos sin parpadear, y quien se acerca se enciende”
(Eduardo Galeano).*

RESUMO

Assumindo franca posição antissistêmica desde seu surgimento em 1993, período de ascensão e consolidação do Consenso de Washington, é contra as ações predatórias do neoliberalismo que se localizam as pautas do movimento transnacional Via Campesina, formado por organizações de base camponesas, indígenas, de trabalhadores rurais sem terras, pescadores migrantes, dentre outras associações por todo o globo. Desde a virada do novo século, essas dinâmicas do sistema-mundo moderno têm assumido contornos distintos e apresentado novos desafios à articulação internacional da Via Campesina, especialmente na América Latina. Sob o signo do neoextrativismo e da matriz colonial de poder, perpetuam-se a superexploração dos territórios latino-americanos e seus bens comuns, assim como da subjugação daquelas comunidades arraigadas à terra, a partir da dominação pautada nas categorias de gênero, raça e classe. Nesse contexto, o presente trabalho objetiva analisar como a Via Campesina tem se articulado para *re-existir* às dinâmicas neoextrativistas em curso na América Latina. Para tanto, utilizar-se-á o estudo de caso único e descritivo como ferramenta metodológica, tendo como parâmetros teórico-conceituais as contribuições fornecidas pela Análise dos Sistemas-Mundo e pela Teoria Decolonial. No decurso da pesquisa, a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina) apresentou-se como ator-chave dessa articulação internacional, especialmente na luta pela agroecologia e reforma agrária.

Palavras-chave: Via Campesina, América Latina, Neoextrativismo, Matriz Colonial de Poder, Organizações de Movimentos Sociais Transnacionais.

ABSTRACT

Since its genesis, in 1993, La Via Campesina represents a major force against the predatory practices perpetrated by the neoliberal paradigm, distinguished by the ascension and consolidation of the Washington Consensus. The transnational movement encompasses several grass-root organizations of peasants, indigenous, migrants, rural wage workers and small farmers among other rural groups around the world. From the start of the 21st century, these dynamics particular to the modern world-system have taken a distinct turn in Latin America, presenting new challenges for the international articulation of La Via Campesina. Under neoextractivism and the colonial matrix of power, deeper are the *surexploration* of territories and its common goods, as well as the domination based on gender, race and class of those communities rooted to the land. In this regard, this monograph aims to analyze how La Via Campesina has been articulated to *re-exist* the ongoing neoextractivist dynamics in Latin America. Therefore, a descriptive single case study was conducted as methodological tool, conceptually and theoretically oriented by World-Systems Analysis and Decolonial Theory. This research has shown that the Latin-American Coordination of Peasant Organizations (CLOC-Via Campesina) is a key-actor of the movement's international articulation, specially in relation to the struggles for agroecology and land reform.

Key-words: Via Campesina, Latin America, Neoextractivism, Colonial Matrix of Power, Transnational Social Movement Organizations.

RESUMEN

En franca posición antisistémica, desde hace su surgimiento en 1993, periodo de ascensión y consolidación del Consenso de Washington, es contrario a las acciones predatorias del neoliberalismo que se ubica la agenda del movimiento transnacional La Vía Campesina, constituido por organizaciones de base campesinas, indígenas, de trabajadores rurales sin tierras, pescadores, migrantes, y otras asociaciones por todo el mundo. En el nuevo siglo, esas dinámicas en el sistema-mundo moderno se han presentado distintos formatos y planteando nuevos desafíos a la articulación internacional de La Vía Campesina, en especial a la América Latina. Bajo la influencia del neoextractivismo y de la matriz colonial del poder, se perpetúan la sobreexplotación de los territorios latinoamericanos y sus bienes comunes, además del sometimiento de aquellas comunidades enraizadas a la tierra, a partir de la dominación de género, raza y clase. En este respecto, el presente trabajo tiene como objetivo analizar de qué manera La Vía Campesina se ha articulado para *re-existir* a las dinámicas neoextractivistas en marcha en América Latina. Por lo tanto, se utilizó el estudio de caso único y descriptivo como herramienta metodológica, recurriendo a los parámetros teórico-conceptuales de las contribuciones del Análisis del Sistema-Mundo y de la Teoría Decolonial. En la ruta de la investigación, la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC-Vía Campesina) se ha presentado como actor-clave de esta articulación internacional, especialmente en la lucha por la agroecología y la reforma agraria.

Palabras-clave: Vía Campesina, América Latina, Neoextractivismo, Matriz Colonial del Poder, Organizaciones Transnacionales de Movimientos Sociales.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL METODOLÓGICO	12
2.1 Classificação da pesquisa	12
2.2 Procedimento técnico	13
2.3 Levantamento de dados	13
2.4 Análise dos dados	14
3 A AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI: um olhar do sul global	15
3.1 O Sistema-Mundo Moderno: América Latina e Movimentos Antissistêmicos	15
3.1.1. Os ciclos sistêmicos de acumulação e a América Latina no sistema-mundo moderno..	17
3.1.2. Movimentos antissistêmicos e Organizações de Movimentos Sociais Transnacionais (OMST)	20
3.2 A matriz colonial de poder e o pensar-fazer decolonial: as contribuições da Teoria Decolonial sobre raça, gênero e classe	24
3.3 Neoextrativismo e os aprofundados conflitos socioambientais na América Latina ...	31
4 A VIA CAMPESINA, UM “MOVIMENTO DE MOVIMENTOS”	35
4.1 Surgimento, estrutura organizacional e bandeiras de luta: quem são a Via Campesina?	35
4.2 “Globalizar a luta, globalizar a esperança”: os mecanismos de articulação internacional da Via Campesina	43
5 A ATUAÇÃO REGIONAL DA VIA CAMPESINA E A COORDENADORA LATINO-AMERICANA DE ORGANIZAÇÕES DO CAMPO	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

Decorrente do esforço de coadunação exercido pelos diversos movimentos nacionais dedicados à defesa dos direitos sobre a terra, pela soberania alimentar e em firme contraponto ao neoliberalismo vigente, cria-se o movimento transnacional La Vía Campesina (LVC), em 1993. Assumindo franca posição antissistêmica, em um contexto de liberalização das políticas internacionais, é contra as ações predatórias do capital que se localizam as pautas do movimento, incorporando organizações de povos indígenas, camponeses, trabalhadores rurais com e sem terras, dentre outras associações por todo o globo. Portanto, a partir do objeto de pesquisa apresentado, entende-se que a presente produção se encontra melhor inserida à *Linha de Pesquisa nº 8: Desenvolvimento, Sustentabilidade e Ecologia Política nas Relações Internacionais*, definida pelas Diretrizes Técnicas do Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Pará.

Em se tratando da adequação do tema à disciplina de Relações Internacionais, as bases dessa assimilação se mostram claras não somente no objeto de pesquisa — isto é, a articulação internacional do movimento Via Campesina —, mas também no marco teórico a ser utilizado. Tanto a Análise dos Sistemas-Mundo como a Teoria Decolonial, por meio da transversalidade dos seus conceitos e da confluência do pensamento de seus autores expoentes, fornecem estrutura teórico-analítica suficientemente densa para compreender o neoextrativismo como uma etapa do amplo processo de reprodução do sistema-mundo moderno e capitalista. Este, por sua vez, é fundado sobre os alicerces da desigual relação entre os países de Centro, Periferia e Semiperiferia (ARRIGHI, 1996; WALLERSTEIN, 2001, 2004); além de estar intimamente relacionado à hierarquização entre os seres humanos, sob a premissa da diferenciação com base nas categorias de raça, gênero e classe (QUIJANO, 2007; BALLESTRIN, 2013).

Ponto de confluência entre a Análise do Sistema-Mundo e os Decoloniais, a identificação do eurocentrismo latente nas Ciências Sociais é marcante nas obras, especialmente nos trabalhos de seus autores expoentes, Immanuel Wallerstein (2004) e Aníbal Quijano (2000), respectivamente. Ao analisar as desigualdades estabelecidas entre os Estados na arena internacional, as correntes identificam como raízes dessa disparidade o surgimento do capitalismo histórico, que subjugou certos países em detrimento de outros, tanto epistemológica quanto ontologicamente. Em síntese, entende-se que a América Latina é inserida nesse debate enquanto região de semiperiferia, por terem sido explorada pelas (antigas) metrópoles coloniais,

as quais se impuseram como centrais na dinâmica do capitalismo mundial, ao submeter as demais nações sob a justificativa da diferença cultural.

Desde a década de 1990, as dinâmicas de superexploração empreendidas pelo capital têm assumido contornos distintos, especialmente na América Latina. Com a virada do século e o reconhecido fracasso do neoliberalismo, tem-se a inauguração de um novo paradigma orientador: o neoextrativismo. Segundo Maristella Svampa (2017), estabeleceu-se no século XXI o chamado “Consenso das *Commodities*”, o qual impulsionou os governos dos países latino-americanos a uma reprimarização da economia para atender às demandas do mercado externo. A contradição traçada a partir desse movimento deve-se aos sérios danos ambientais e sociais resultantes dessas empreitadas, as quais se materializaram justamente em governos considerados progressistas. Ao mesmo tempo em que os líderes políticos latino-americanos adotavam a pauta defensora dos direitos indígenas e camponeses, bem como da natureza, observava-se concomitantemente a permissividade diante da implementação de megaprojetos de excessivos impactos ecológicos e sociais.

De mesmo modo, será a partir dos anos noventa que se dá a consolidação do “movimento de movimentos”, a Via Campesina, entendida como “um movimento transnacional que abarca organizações camponesas, pequenos e médios agricultores, mulheres do campo, fazendeiros e comunidades rurais e indígenas na Ásia, Américas, Europa e África” (DESMARAIS, 2007, p. 6). Atenta às diversas pautas suscitadas pela miríade de atores envolvidos, a organização transnacional atua sob o estandarte da justiça do campo, da reforma agrária popular, da soberania alimentar, da agroecologia, dos direitos camponeses, bem como o feminismo camponês e popular.

Frente ao exposto, urge-se questionar de que maneira a entidade tem coordenado suas atividades em nível regional no subcontinente latino-americano no século XXI, levando em consideração tanto as pautas locais de cada entidade de base envolvida, quanto as suas agendas globais de luta. Em síntese, tem-se a problemática: como a Via Campesina tem se articulado para *re-existir* às dinâmicas neoextrativistas em curso na América Latina?

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar de que maneira a Via Campesina tem se articulado para *re-existir* às dinâmicas neoextrativistas em curso na América Latina. Em específico, almeja-se: 1) analisar a dinâmica neoextrativista latino-americana no contexto da Análise dos Sistemas mundo, no marco da dominação colonial nos eixos de raça, classe e gênero; 2) investigar a estruturação e a articulação da Via Campesina, enquanto organização transnacional de movimentos sociais; 3) analisar os mecanismos de atuação da Via Campesina

particulares à América Latina, orientada pela Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina) e submetida às dinâmicas neoextrativistas vigentes na região.

Para tanto, a monografia será dividida em quatro principais capítulos. No primeiro deles, serão apontadas as diretrizes metodológicas que orientaram a estrutura e características desta investigação, bem como as formas de levantamento e tratamento dos dados selecionados ao decorrer do trabalho. Em seguida, na seção intitulada “A América Latina: um olhar do Sul Global”, apresenta-se a revisão bibliográfica realizada, sendo essa orientada por três grandes eixos teórico-conceituais da disciplina de Relações Internacionais: a Análise dos Sistemas-Mundo, a Teoria Decolonial e o paradigma neoextrativista. Em “A Via Campesina: um ‘movimento de movimentos’”, dedicou-se à descrição do objeto de pesquisa, isto é, a articulação internacional de LVC, apontando aspectos fundamentais do seu surgimento, estrutura organizacional, suas bandeiras de luta e metodologias de atuação. Ao final, é realizada análise acerca das formas de *re-existência* empreendidas pela Via Campesina na América Latina do século XXI, sob o signo do neoextrativismo. O trabalho se encerra, então, nas considerações finais, em que se propõe um balanço das contribuições dadas trazidas durante o exercício da pesquisa.

Em último momento, vale ressaltar que esta produção é parte de um esforço em andamento, desde 2021, para compreender as formas de articulação da Via Campesina. Em um primeiro momento, dediquei-me a investigar a contribuição feminina para a consolidação do movimento, resultando na publicação do texto “Terra, Comida, Dignidade e Vida: a luta feminina como eixo estruturante da Via Campesina” (OLIVEIRA, 2021), no site do Núcleo Estudantil Feminista de Relações Internacionais. Partindo desse primeiro contato, bem como agregando aos estudos prévios em Teoria Decolonial e Análise dos Sistemas-Mundo, houve um esforço para acomodar as concepções em um eixo comum. A América Latina e o conceito de “neoextrativismo” de Maristella Svampa fecharam a triangulação que deu corpo a este trabalho.

Como contribuição ao campo de estudos das Relações Internacionais, ressaltam-se duas: 1) abordar a Via Campesina, pouco preferida pelos acadêmicos da área, e 2) aprofundar o entendimento acerca dos paralelos entre a Teoria Decolonial e a Análise dos Sistemas-Mundo. Em relação ao primeiro ponto, percebe-se, em pesquisa inicial, a carência de produções brasileiras em RI sobre a LVC enquanto importante ator antissistêmico, sendo estas mais concentradas em trabalhos na esfera das Ciências Sociais e Antropologia. A respeito do segundo

ponto, pretende-se qualificar o debate teórico nas RI ao sugerir íntima relação entre as correntes teóricas supracitadas.

Em último momento, almeja-se que esta pesquisa seja útil não somente para os estudiosos da área, mas também auxilie na formação daqueles envolvidos na luta camponesa em defesa dos territórios, seus povos e bens comuns. Vale destacar, neste ponto, a inspiração do X Fórum Social Pan-Amazônico, em que tive a oportunidade de participar e contribuir brevemente, o qual me motivou a elaborar produções socialmente referenciadas, capazes de apoiar a construção de uma luta mais ampla em prol da autodeterminação e da justiça no campo.

2 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Neste capítulo, apresentar-se-ão as diretrizes utilizadas para a condução do presente Trabalho de Conclusão de Curso.

2.1 Classificação da pesquisa

Em razão da pesquisa ter a Teoria Decolonial como um dos vértices principais do marco teórico, sua classificação quanto ao campo da ciência é transdisciplinar, uma vez que propõe a superação das fronteiras impostas pelas tendências cartesianas, fundamento da produção científica eurocentrada (CASTRO-GOMÉZ, 2007). Assim, as categorias abordadas ao longo desta produção são exploradas por autores que partem não somente da disciplina de Relações Internacionais, mas vão além das delimitações de suas áreas, incorporando também Economia, Sociologia, Antropologia, Linguística, História, dentre outros.

Dito de outro modo, o caráter transdisciplinar da abordagem desta produção não é escolha puramente metodológica, mas também política, na medida em que se busca romper com o essencialismo europeu explícito na pretensa divisão epistemológica das ciências sociais (WALLERSTEIN, 2007, p. 100–101). Além disso, é importante tratar com sensibilidade a questão fundiária ao abordar a articulação dos movimentos sociais engajados nesse processo, tendo a Via Campesina como ator central, uma vez que daí derivam uma miríade de cosmovisões e interpretações distantes daquelas propostas pela Academia (ROSSET, 2016).

Quanto à utilização de seus resultados e a abrangência de tempo do presente trabalho, ter-se-á uma investigação de caráter básico. Isso porque não se pretende gerar resultados que interfiram diretamente com a realidade observada — como, por exemplo, subsidiar a elaboração de políticas públicas —, mas pretende identificar padrões observáveis, valendo-se de um esforço teórico e acadêmico direcionado (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2015). Vale mencionar que, apesar desse cauteloso distanciamento entre teoria e prática, por se tratar de uma pesquisa fundamentada na Teoria Decolonial, esta pesquisa ainda se propõe a apresentar as *práxis* subalternizadas com vistas a contribuir para seu fortalecimento nos debates tradicionais — e propositalmente restritos — das Relações Internacionais.

Ademais, esta pesquisa é longitudinal, pois a categoria “neoextrativismo” fornece os limites temporais dentro dos quais se trabalhará a massa de dados, isto é, a América Latina do século XXI. Vale mencionar também que, porque se pretende identificar os mecanismos de

articulação da Via Campesina por meio da revisão de documentação indireta, esta pesquisa possui caráter descritivo e bibliográfico. Por fim, trata-se de uma produção dedutiva, uma vez que parte de premissas estabelecidas pela revisão bibliográfica, a fim de identificar correspondências do objeto com a conceituação mais ampla (MARCONI; LAKATOS, 2003).

2.2 Procedimento técnico

Para a consecução dos objetivos propostos, optou-se pela realização de um estudo de caso descritivo, uma vez que essa técnica fornece parâmetros para uma investigação focalizada em acontecimentos contemporâneos sobre os quais não possui controle; e em que limites entre fenômeno e contexto não estão bem definidos, sendo um indispensável para o entendimento do outro. Mais especificamente, será preferido estudo de caso único e holístico (YIN, 2001).

2.3 Levantamento de dados

Devido a seu caráter bibliográfico e à extensão dos materiais disponíveis para compor este estudo de caso, optou-se pela triangulação das fontes a fim de garantir maior confiabilidade à pesquisa (YIN, 2001). Como fonte primária, fez-se uso das Declarações de Conferências da Via Campesina. Duas são as fontes secundárias, a saber: a) documentos oficiais de elaboração própria do movimento, especificamente Relatórios Anuais, informativos e manuais e b) produções acadêmicas, como livros, dissertações, teses e artigos. Desse modo, pela opção de trabalhar tais materiais, esse trabalho é qualitativo.

No caso dos materiais produzidos pela LVC, todos foram coletados em seu site oficial (<https://viacampesina.org/en/>) ou no site da Coordenadora Latino-Americana de Movimentos do Campo — CLOC-Via Campesina (<https://cloc-viacampesina.net/>), entre os dias 22/11/2022 e 01/12/2022. Do primeiro site, foram exploradas as abas “*Key Documents*”, das seções “*Who are we?*”, “*What are we fighting for?*” e “*What are we fighting against?*”. Neste ambiente virtual, ainda se acessaram os Relatórios Anuais da Via Campesina, cujos anos de referência se estendem de 2013 a 2021. Da página *online* da CLOC-Via Campesina, coletaram-se somente os materiais das abas “*Nuestros congresos*”. Pela ampla quantidade de dados disponíveis em cada plataforma digital, preteriram-se as notícias e os materiais audiovisuais, tais quais propagandas, músicas, documentários e *podcasts*.

Para as produções acadêmicas, foram utilizados somente artigos publicados em revistas de Qualis B4 ou superior, mediante a Classificação de Periódicos Quadriênio 2013-2016 da Plataforma Sucupira/Capes. Para o caso dos periódicos sem avaliação disponível, o critério foi a relevância da publicação feita, quer seja por ter sido elaborado por militantes/ativistas da Via Campesina, quer seja pelo número expressivo de referências feitas a elas.

2.4 Análise dos dados

No que tange à análise dos resultados obtidos, a estratégia geral será o embasamento nas proposições teóricas anteriores, conforme orienta Yin (2001). Ou seja, mediante as definições de sistema-mundo moderno, neoextrativismo e colonialidade, já trabalhadas no referencial teórico, afunila-se a observação. Assim, o método primário é a “adequação ao padrão”, sendo a secundária a análise de “unidades incorporadas” (YIN, 2001, p. 136–150). Para este estudo de caso, a unidade incorporada é a Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), por representar uma parte (região) dentro do movimento internacional.

3 A AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI: um olhar do sul global

Como centro dos debates em Relações Internacionais, “política” e “poder” são conceitos privilegiados na formulação teórica e na orientação dos atores frente às dinâmicas estabelecidas no sistema internacional, sendo permeadas por visões excessivamente estadocêntricas. Clara inspiração da Ciência Política, essa percepção permeou os debates mais tradicionais da disciplina, desde seu início até meados da década de 1970, período em que outras formulações teóricas conquistaram espaço nesse campo em disputa. Os estudos no marco da Análise do Sistema-Mundo e da Teoria Decolonial conquista ressonância justamente nesse momento, sendo capazes de orientar a pesquisa em Relações Internacionais sob um viés desafiador da ordem vigente (JATOBÁ; LESSA; OLIVEIRA, 2017).

É por esse motivo que, no esforço para melhor localizar a América Latina e a Via Campesina nesta pesquisa, as correntes de pensamento supracitadas serão preferidas como parâmetro teórico-metodológico. Propõe-se, portanto, a olhar o Sul Global mais atentamente a partir de suas próprias influências epistemológicas¹. Nesse sentido, soma-se às interlocuções existentes entre as teorias supracitadas o paradigma do neoextrativismo, cunhado por Maristella Svampa, porque é um termo dedicado à interpretação do recorte espaço-temporal específico deste trabalho: a América Latina do século XXI. Por fim, este capítulo de revisão bibliográfica se encerra traçando panorama geral das lutas campesinas naquele contexto.

3.1 O Sistema-Mundo Moderno: América Latina e Movimentos Antissistêmicos

Desde o século XIX até 1945, eram nítidas as clivagens que orientavam a formulação teórica, pautadas na dicotomia passado/presente e Ocidente/resto do Mundo, as quais se demonstraram insuficientes para compreender aquelas novas configurações globais. Na tentativa de fornecer explicações para a realidade observada — isto é, as desigualdades marcantes entre os países ricos (ex-Metrópoles) e países pobres (ex-Colônias) — surge a Teoria da Modernização e a ideia do desenvolvimento como fator de diferenciação. Em suma, o entendimento convencional da época era de que o “atraso” das novas nações seria superado

¹ Ainda que a Análise dos Sistemas-Mundo seja uma corrente teórica cujos precursores eram originários do Norte Global — Immanuel Wallerstein e Terence Hopkins eram estadunidenses, e Giovanni Arrighi era italiano —, são indispensáveis as influências e interlocuções estabelecidas entre eles com a Teoria Decolonial e a Teoria da Dependência, ambas fortes expressões do pensamento latino-americano contemporâneo. A título de informação, Wallerstein não somente figurava como importante pensador do *Fernand Braudel Center*, mas formava também o Grupo Modernidade/Colonialidade.

caso certas etapas evolutivas fossem cumpridas, à semelhança dos países centrais e em franca omissão ao passado de exploração a que foram submetidas (PENNAFORTE, 2011, p. 15–34).

Norteados, especialmente, pela influência da Teoria da Dependência e do Grupo de Annales, determinaram-se três críticas fundamentais que definiriam a Análise dos Sistemas-Mundo, sendo eles o deslocamento das unidades de análise do Estado para sistemas-mundo, o uso do *longue durée* para compreensão histórica e, por fim, uma abordagem desvinculada das tradicionais divisões das Ciências Sociais em disciplinas unitárias (WALLERSTEIN, 2004). Sobre esse último, o argumento central reside na transdisciplinaridade dessa área de conhecimento, por ser considerada uma corrente de pensamento², ao invés de uma teoria ou perspectiva teórica (BABONES; CHASE-DUNN, 2012; GOLDFRANK, 2012).

Em se tratando das duas primeiras críticas, é possível determiná-las como as compreensões-chave para a construção da Análise do Sistemas-Mundo. Em um de seus artigos mais referenciados, Wallerstein (1974) ensina que, ao tomar como referência somente os Estados nacionais, o analista perde de vista a complexidade inerente ao sistema como um todo. Esse argumento, por sua vez, é mais bem evidenciado a partir das críticas à categoria “desenvolvimento”, quer seja essa defendida por teóricos liberais ou marxistas³.

Ora, se é possível identificar diferentes “estágios de desenvolvimento” em uma mesma economia-mundo, é porque tais diferenças servem ao propósito final de acumulação de capital. Por exemplo, enquanto a Inglaterra, entre os séculos XVI e XVIII, vivenciava franca expansão de sua economia industrial e financeira, a América Latina possuía economia agroexportadora sustentada em mão-de-obra escrava (WALLERSTEIN, 1974; BRAUDEL, 1987).

² “Uma característica fundamental da análise de sistemas-mundo é que, na melhor das hipóteses, ela combina o rigor científico-social analítico-formal com a compreensão histórico-geográfica interpretativa. Embora suas origens acadêmicas estejam na sociologia, seus profissionais proeminentes incluem antropólogos, arqueólogos, ecologistas, economistas, geógrafos, historiadores, cientistas políticos e (não por coincidência) muitos ativistas sociais e políticos” (BABONES; CHASE-DUNN, 2012, p. 1, tradução nossa).

³ “Nada ilustra melhor as distorções de modelos a-históricos de mudança social do que os dilemas que o conceito de estágios suscita. Se formos lidar com as transformações sociais ao longo do tempo histórico (o “longo prazo” de Braudel), e se formos dar uma explicação tanto da continuidade quanto da transformação, então devemos logicamente dividir o longo prazo em segmentos a fim de observar mudanças estruturais do tempo A para o tempo B. Esses segmentos, entretanto, não são discretos, mas contínuos na realidade; *ergo*, eles são “estágios” no “desenvolvimento” de uma estrutura social, um desenvolvimento que determinamos, porém, não *a priori*, mas *a posteriori*. Ou seja, não podemos prever o futuro de forma concreta, mas podemos prever o passado. A questão crucial ao comparar ‘estágios’ é determinar as unidades das quais os ‘estágios’ são retratos sincrônicos (ou ‘tipos ideais’, se preferir). E o erro fundamental da ciência social a-histórica (incluindo versões clássicas do marxismo) é reificar partes da totalidade em tais unidades e, então, comparar essas estruturas reificadas” (WALLERSTEIN, 1974, p. 388-389, tradução nossa).

De maneira simplificada, não se pode falar da evolução individual de cada entidade da economia-mundo capitalista, mas do sistema como um todo. É partindo desse entendimento, inspirado pela CEPAL, que se conceitualizam centro, semiperiferia e periferia:

Uma das estruturas mais importantes do atual sistema-mundo é a hierarquia de poder entre o centro e a periferia, na qual sociedades poderosas e ricas do "centro" dominam e exploram sociedades "periféricas", fracas e pobres. Dentro do sistema atual, os chamados países "avançados" ou "desenvolvidos" constituem o centro, enquanto os países "menos desenvolvidos" estão na periferia. Os países periféricos, em vez de se desenvolverem nos mesmos caminhos dos países centrais em períodos anteriores (o pressuposto das teorias da "modernização"), são estruturalmente constrangidos a experimentar processos de desenvolvimento que reproduzem seu status subordinado [...]. Entre o centro e a periferia, existe uma camada intermediária de países referidos como a "semiperiferia". Esses combinam características de ambos o centro e a periferia, e eles estão localizados no intermédio ou mediando posições em redes maiores de interação (CHASE-DUNN; GRIMES, 1995, p. 389, tradução nossa).

Assim, quanto mais rica e “desenvolvida”, mais central uma nação é — e vice-versa — sendo a semiperiferia um estágio intermediário entre as duas primeiras, dotada de capacidade para usurpar e sendo, também, usurpada. Não há superioridade ou inferioridade nesse arranjo, ou receitas pré-estabelecidas para superar tais contingências, uma vez que todos compõem o mesmo circuito, assumindo funções úteis para a obtenção do lucro máximo no sistema-mundo moderno⁴.

3.1.1. Os ciclos sistêmicos de acumulação e a América Latina no sistema-mundo moderno

Por mais que não se possa falar, desde o século XIX, de outro sistema-mundo que não seja a economia-mundo capitalista, é possível verificar a existência de ciclos sistêmicos nesse arranjo global, liderados por potências hegemônicas em turnos. Inspirado pelos estudos de Antonio Gramsci e Fernand Braudel, Giovanni Arrighi (1996) fornece indispensáveis contribuições ao trabalhar as três hegemonias do sistema: Holanda, Inglaterra e Estados Unidos. Cada potência, por sua vez, assumiu posição hegemônica no sistema-mundo moderno a partir de ciclos de acumulação, sendo sua permanência ou substituição decorrente da sua capacidade em manter a proeminência mediante os demais estados.

⁴ Para desafiar o paradigma desenvolvimentista, defende-se que somente seria possível compreender os distintos “graus de progresso” existentes entre Estados modernos ao se preconizar uma análise histórica cuja referência tomada seja justamente a totalidade, isto é, os distintos sistemas-mundo já existentes. Wallenstein (1974, p. 390, tradução nossa) assevera que: “Se formos falar de estágios, então devem ser estágios de sistemas sociais, isto é, de totalidades. [...] nos séculos dezenove e vinte tem vigorado somente um sistema-mundo, a economia-mundo capitalista”.

Dito de outra forma, o poder do Estado *hegemon* derivaria de sua capacidade de “exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”, ainda implicando necessariamente “algum tipo de ação transformadora que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema” (ARRIGHI, 1996, p. 27). Além disso, exerce-se hegemonia quando um Estado “continuamente e com credibilidade demonstra sua ‘liderança’ ao moldar as estruturas sistêmicas, tendo suas políticas sistêmicas quase sempre aceitas não só pelos Estados mais fracos, mas pelos mais fortes também” (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1996, p. 3).

Antes da consolidação do sistema interestatal pan-europeu no século XVII, o moderno sistema-mundo teve seu prenúncio logo no século XV. Nas cidades-estados mediterrâneas de Veneza, Florença, Gênova e Milão, a acumulação de capital foi possibilitada por meio da administração do equilíbrio de poder, associada à comercialização da guerra e o desenvolvimento da diplomacia. Entretanto, apesar de o Mediterrâneo representar o modelo ideal e mais próximo da perfeição do que seria o capitalismo, somente seria possível o pleno estabelecimento da economia-mundo capitalista a partir da hegemonia das Províncias Unidas (Holanda), tendo como marco definidor o Concerto de Vestfália (ARRIGHI, 1996).

O economista ainda ensina que a Holanda, ao contrário de Veneza, portou-se menos capitalista, sendo esse, portanto, um dos motivos para que a cidade-estado não tenha criado, perpetuado e liderado o sistema-mundo moderno à sua época. As Províncias Unidas foram capazes de exercer hegemonia sobre a recém-criada economia-mundo ao dominar os fluxos financeiros e econômicos europeus, ter sido capaz de subverter a lógica feudalista vigente à época, bem como possuir maior capacidade bélica e de gestão sobre o Estado, tolhendo o poder de sua oligarquia capitalista (ARRIGHI, 1996, p. 43–47).

Para se fazer *hegemon* e superar a supremacia holandesa, Arrighi (1996) argumenta que a Inglaterra precisou redesenhar os contornos do sistema vigente, ao reforçar três eixos principais: a colonização direta, a escravatura capitalista e o nacionalismo econômico. Ademais, ao conquistar vitória contra a França de Napoleão e assumir posição de referência durante o caos sistêmico resultante, foi garantida sua legitimidade como líder. Como importantes resultados, tem-se a firma do Tratado de Viena, para a restauração do equilíbrio de poder, assim como a consagração do imperialismo de livre comércio.

Ao longo do século XX, quando a hegemonia britânica dava sinais do seu declínio, Estados Unidos e Alemanha rivalizavam entre si para suplantar a rainha dos mares. Nessa disputa, os EUA saíram vitoriosos, sendo considerados um “caso espetacular de mobilidade ascendente [...] saindo da condição de periferia para semiperiferia, depois ocupando o centro

(1880) para finalmente conquistar hegemonia neste centro (1945)” (CHASE-DUNN; GRIMES, 1995, p. 396–397, tradução nossa). Seja por seu caráter insular e pelo territorialismo continental, que permitiu o distanciamento das guerras travadas no continente europeu, responsáveis pela instauração do caos sistêmico; seja por ter-se tornado principal atrativo de capitais, mão-de-obra e empreendimentos externos, os EUA até hoje exercem hegemonia.

Os marcos atualizadores das dinâmicas do sistema mundo-moderno, a partir da ascensão estadunidense, são a Organização das Nações Unidas e as instituições de Bretton Woods (ARRIGHI, 1996). O Consenso de Washington, implementado ao longo da década de 1990, é ponto de reforço da hegemonia estadunidense, sendo considerado o ponto de partida para o paradigma neoliberal. Instituíram-se nesse período o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Acordo Geral sobre Tarifas e Mercado (GATT), precursor da Organização Mundial do Comércio (OCAMPO; FLORES, 2019).

No interstício do século XV até a ascensão da Holanda enquanto *hegemon*, a península ibérica assumia a vanguarda nas expedições rumo à América Latina, iniciando o processo de colonização. Aprofundado pelas hegemonias subsequentes — Inglaterra e Estados Unidos — entende-se que a América Latina foi confinada à Divisão Internacional do Trabalho enquanto fornecedora de produtos primários — isto é, agropecuários, minerais e energéticos —, além de depender, sobremaneira, da disponibilidade de mão-de-obra barata (MARTINS, 2011).

Em outras palavras, o advento da revolução industrial-tecnológica e da financeirização da economia também modificou as estruturas econômicas latino-americanas, levando a um certo grau de diversificação produtiva. Ocampo e Flores (2019) apontam convergências nesse processo de se integrar e se assemelhar aos países desenvolvidos, mas que não demonstraram sucesso no longo termo em razão da volatilidade das economias, ainda enclausuradas no modelo agrário-exportador.

Acerca da patente desigualdade entre a América Latina e os países centrais, apesar de apresentar momentos de grande crescimento econômico acompanhado de incremento populacional, ainda assim, a região não foi capaz de reduzir as disparidades em relação ao Centro. A principal responsável por esse fenômeno seria a volatilidade, a qual é decorrente da excessiva dependência das economias latino-americanas aos produtos primários, do caráter pró-cíclico dos fluxos de capitais e da vulnerabilidade diante das crises financeiras (OCAMPO; FLORES, 2019).

Como resultado, verifica-se não só implicações diretas nos índices de desenvolvimento econômico, mas também no âmbito humano. Em relação ao primeiro, observa-se que as grandes

fases de ampliação econômica, nas quais há tendência para convergência em comparação aos países líderes, são frequentemente seguidas de graves recessões e do consequente retorno à posição marginal. Em se tratando, particularmente, da distribuição de renda e riqueza na região, é notável o aprofundamento de concentração de renda, ainda que haja tímidos avanços sociais, tanto em relação aos países centrais, quanto entre os próprios países da América Latina, uma vez que existem tanto países periféricos como semiperiféricos na região⁵.

3.1.2. Movimentos antissistêmicos e Organizações de Movimentos Sociais Transnacionais (OMST)

Ainda que para os adeptos da Análise dos Sistemas-Mundo (ASM) a abordagem econômica seja importante para compreender os processos inerentes ao sistema-mundo moderno, é indispensável incorporar aos estudos a influência dos países centrais sobre a produção de conhecimento e de sistemas de significado, como garantias da manutenção do capitalismo (SMITH; WIEST, 2012, p. 179). Geocultura é o conceito utilizado por Wallerstein ao abordar essa temática, cunhado em associação à geopolítica, representando “a estrutura cultural dentro da qual o sistema-mundo opera” (WALLERSTEIN, 1991, p. 11). É nessa arena, tanto das relações econômicas quanto das estruturas de pensamento, que se articulam os movimentos antissistêmicos e contra-hegemônicos⁶.

O termo “movimentos antissistêmicos” foi cunhado em 1970 por Wallerstein, sendo sua conceituação extensamente trabalhada no seminal *Antisystemic Movements* (1989), produção

⁵ Arrighi (1996, p. 197–203) assinala como semiperiféricos da América Latina, entre 1975–1983, os países Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Nicarágua, Panamá, Venezuela, República Dominicana, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai. Como periféricos, Honduras, Bolívia e El Salvador. Vale ressaltar que não há consenso quanto a essa distribuição. Martins (2011), por sua vez, acredita que desde 1980 a América Latina como um todo passou a ocupar posição de periferia, e não mais semiperiferia.

⁶ A expressão “movimentos contra-hegemônicos” é predominantemente observada nas produções em Análise dos Sistemas-Mundo que possuem inspiração maior nos trabalhos de Antônio Gramsci. É o caso, por exemplo, do livro *O Longo Século XX*, de Giovanni Arrighi, no qual o autor lança mão do conceito de “hegemonia” ao destrinchar as transições entre os três grandes países-líderes da economia-mundo capitalista, já mencionadas anteriormente. Para além dos trabalhos fundamentados na ASM, “contra-hegemonia” é conceito preferido, também, por pesquisadores da Teoria Crítica em Relações Internacionais, cuja referência proeminente é Robert Cox. Sobre a Via Campesina Internacional, falando em específico de trabalhos brasileiros nessa área, as dissertações de Camargo (2013) e Castro (2020) são bastante úteis.

Em síntese realizada por Smith et al. (2018, p. 373, tradução nossa), entende-se a diferença entre movimentos contra-hegemônicos e antissistêmicos a partir das motivações de cada um: “Posições contra-hegemônicas buscam mudanças significativas na organização de poder e governança no sistema-mundo [...] Movimentos que almejam transformações mais fundamentais ao sistema — incluindo uma reconfiguração das lógicas e valores centrais que definem o sistema em si, como o antropocentrismo, livre-mercado ou consumismo — são melhores descritos como antissistêmicos”. Assim, acreditamos que a Via Campesina, nos termos propostos, seria melhor configurada como movimento antissistêmico.

de Arrighi, Hopkins e Wallerstein. A força dos movimentos antissistêmicos do sistema-mundo moderno é percebida a partir da segunda metade do século XIX, fomentada pelos apelos “nacionalistas” (nacionalidade e/ou etnia) e “socialistas” (classe). De 1968 em diante, quatro frentes distintas passaram a protagonizar as movimentações antissistêmicas: os múltiplos maoísmos, os novos movimentos sociais (ambientalistas, feministas e afins), as organizações pelos direitos humanos e, por fim, os movimentos antiglobalização (WALLERSTEIN, 2002; ARRIGHI; HOPKINS; WALLERSTEIN, 1989).

Nas últimas décadas, frente às contínuas e interligadas instabilidades enfrentadas no atual período histórico — de caráter ambiental, financeiro, de desigualdade social, dentre outras —, os estudos em Análise do Sistema-Mundo apontam para mais uma crise sistêmica, dessa vez, sendo a hegemonia estadunidense em declínio.

Se o declínio hegemônico dos Estados Unidos for lento, como tem sido até agora – e se as crises financeiras e ecológicas se espalharem ao longo do tempo, bem como os conflitos entre etnias e nações também se espalharem no tempo e no espaço –, então os conservadores esclarecidos terão sua chance de construir uma nova ordem mundial ainda capitalista, mas que atenda, pelo menos parcialmente, aos desafios atuais. Fazer isso acontecer ainda exigiria um empurrão revolucionário de uma frente unida de movimentos antissistêmicos e dos regimes progressistas do Sul global. Mas se a tempestade perfeita de calamidades acontecer no mesmo período, os movimentos sociais transnacionais e os regimes nacionais progressistas no Sul global podem ter a chance de mudar radicalmente o modo de acumulação para uma forma de socialismo global (CHASE-DUNN, 2013, p. 179, tradução nossa)

Apesar desse declínio ser consensualmente apontado pelos autores expoentes da ASM, não há concordância ao definir se os fenômenos observados implicarão uma mudança de sistema ou um diferente estágio do capitalismo, a partir da ascensão de um *hegemon* novo (CHASE-DUNN, 2013). Diante desse caos sistêmico, a estratégia de atuação dos movimentos antissistêmicos no século XXI tem sido a da transnacionalização, representando importante esforço para construir um novo sistema-mundo mais sustentável e igualitário, em substituição ao presente (WALLERSTEIN, 2002; SMITH et al., 2018).

Neste ponto de inflexão, em que há a franca expansão neoliberal no contexto pós-Guerra Fria e se explicitam as contradições do sistema, consolidam-se as chamadas Organizações de Movimentos Sociais Transnacionais (OMST ou TSMO, na sigla em inglês), entendidas como atores formalmente organizados e que empreendem esforços para a mudança social em nível global. Em outras palavras, o diferencial desses movimentos é sua posição antissistêmica em articulações que superam os limites impostos pelas fronteiras do Estado moderno.

A consolidação das arenas internacionais, independentes das jurisdições nacionais, como o próprio sistema das Nações Unidas, é, em grande medida, responsável pela construção

de redes pelas OMST nesse período, uma vez que viabilizou novas oportunidades para a interlocução entre pautas nacionais e globais. Marcos significativos desse contexto foram a deflagração da “Batalha de Seattle”, em 1999, e a consolidação do Fórum Social Mundial, em 2001 (SMITH; PLUMMER; HUGHES, 2016).

Jackie Smith e Dawn Wiest (2012), ao se debruçarem sobre as Organizações de Movimentos Sociais Transnacionais no marco da Análise dos Sistemas-Mundo, propõem uma abordagem que associe esta corrente de pensamento às teorias dos movimentos sociais e das teorias da política mundial. Como resultado, a ferramenta analítica resultante permite, metodologicamente, a compreensão da atuação desses atores internacionais de forma particular, ao mesmo tempo em que as insere no contexto mais amplo das dinâmicas de acumulação e exploração sistêmicas da economia-mundo capitalista.

Os estudiosos que trabalham a partir dessa perspectiva [Análise dos Sistemas-Mundo] enfatizam a importância das relações históricas mundiais em larga escala como fonte das demandas que motivam os movimentos e definem as condições nas quais os desafiantes se mobilizam. [...] Essas estruturas e processos, além disso, têm uma longa história que também deve ser levada em conta, porque um padrão de ciclos e tendências que afetam uma variedade de conflitos políticos são evidentes apenas nessa perspectiva de longo prazo (SMITH; WIEST, 2012, p. 24).

Assim, no recorte amplo da ASM, enquanto o institucionalismo auxilia a compreender o surgimento e consolidação das OMST influenciadas pela relação estabelecida entre os Estados em regimes internacionais, a teoria dos movimentos sociais ilumina os processos de “mobilização de estruturas, ou das infraestruturas sociais que facilitam a ação coletiva” (SMITH; WIEST, 2012, p. 32).

Em síntese, tal associação teórica implica o entendimento de que períodos de crise no sistema-mundo fornecem oportunidades para a articulação de pautas incisivas sobre seus aspectos fundamentais — como os movimentos pela soberania alimentar, antineoliberalismo e afins. Na tentativa de alcançar legitimidade, os atores internacionais (especialmente os Estados) assumem compromissos políticos para enfrentar as questões estruturantes da economia-mundo capitalista, ainda que, por vezes, não possuam capacidade ou interesse para tal. Assim, é na incongruência entre o *mundo ideal* dos regimes e a *realidade* das circunstâncias locais que as organizações de movimentos sociais transnacionais formulam suas pautas antissistêmicas — e são duramente antagonizadas pelas instituições essenciais à geocultura capitalista.

Com base no modelo elaborado por Smith e Wiest (2012), são observadas as seguintes tendências para a articulação dessas Organizações de Movimentos Sociais Transnacionais:

1. Criação de ambientes autônomos e transnacionais para a construção e promoção de agendas pela mudança global, sendo esses espaços cada vez menos centrados na figura do Estado. Como resultado, as normas geradas nesses espaços passam a ter maior relevância e funcionam como guias melhores para a ação internacional. Seria o caso, por exemplo, da demanda por soberania alimentar;
2. A ampliação do acesso às tecnologias da informação e à educação, proporcionalmente cresce a diversidade de classes e origens (Sul Global) dentre a população de participantes desses movimentos sociais transnacionais, sejam indivíduos ou organizações. Um dos desafios enfrentados nesse arranjo são as práticas discriminatórias dentro dessas entidades, as quais têm sido solucionadas em nível intramovimento, potencializando a coesão interna e, assim, evitando cisões;
3. Grande interlocução entre essas entidades transnacionais e setores regionais, especialmente em relação à América Latina. Além disso, são múltiplos os atores que estabelecem laços com as OMST, incorporando desde movimentos a governos e atores intergovernamentais;
4. Participação incisiva em diversas arenas internacionais, autônomas ou interestatais, como conferências e campanhas de ativismo. A partir dessas complexas trocas, maior é a inclinação à radicalização e a multiplicidade de pautas em um mesmo movimento, buscando abarcar as demandas tanto do Norte quanto do Sul Global;
5. Elaboração de agendas de transformação e proposições alternativas de sistemas-mundos possíveis em nível supranacional e, ainda, mobilização regional que possibilita a conexão dessas reivindicações locais aos arranjos globais de luta;
6. Quanto às tentativas de neutralização realizadas pelos atores da elite sistêmica, é comum observar o esvaziamento de pautas, desmoralização de movimentos e cooptação de lideranças.

Outra estrutura analítica interessante para o desenvolvimento deste trabalho é fornecida por Smith, Plummer e Hughes (2016). Ao desenvolverem uma série de análises quantitativas e qualitativas sobre o processo evolutivo da atuação dessas entidades, as autoras elaboraram o Quadro 1, esquematizando as estratégias, discursos e práticas das OMST entre 1953 e 2013.

Quadro 1 — Mudanças globais, discursos e práticas transgressivos dos movimentos

Estratégias	Discursos	Práticas
Resposta ao	Diálogo transnacional e	Confronto <i>vis-à-vis</i> Organizações

declínio hegemônico e às mudanças no contexto político	aprofundada noção da divisão Norte-Sul Maior entendimento acerca do poder corporativo, bem como do sistema financeiro e comercial em nível internacional. Antagonização frente a esses atores. Crítica à ONU e às suas limitações	Internacionais Governamentais (especialmente instituições financeiras internacionais) Expansão transnacional em comunicação, <i>networking</i> , colaboração e construção de alianças.
Extensão das alianças contra-hegemônicas	Justiça climática Justiça de gênero Soberania alimentar Direitos da Mãe Terra	Transferência das alianças do nível interestatal para as arenas dos movimentos sociais Processo do Fórum Social Mundial (FSM) — escala global, regional e local Conferência Mundial dos Povos sobre Justiça Climática e os Direitos da Mãe Terra Alvos corporativos e ações de investidores — por exemplo, campanhas de desvio de combustíveis fósseis
Construir o contra-poder dos movimentos	Outro mundo é possível/Alternativas ao capitalismo neoliberal globalizado Direitos humanos Cidadania global	Crescimento da população de OMSTs e suas redes Fortalecimento das relações global-local FSM, Marcha Mundial das Mulheres e outros espaços transnacionais de movimentos sociais para além do interestatal Redes trans-locais (Desai, 2015)

Fonte: Adaptado de Smith, Plummer e Hughes (2016, p. 12).

Assim, a expressão “articulação transnacional”, largamente utilizada neste trabalho, é entendida por meio da associação entre discursos e práticas antissistêmicas empreendidas em diversas arenas, sejam elas autônomas ou inseridas no tradicional arranjo interestatal. Avaliar-se-á, desse modo, a articulação da Via Campesina com base nos modelos apresentados.

3.2 A matriz colonial de poder e o pensar-fazer decolonial: as contribuições da Teoria Decolonial sobre raça, gênero e classe

Tendo seu ponto de partida nas formulações elaboradas pelos autores do Grupo Modernidade/Colonialidade, a Teoria Decolonial traça críticas às referências excessivamente ocidentais e, portanto, capitalistas, ainda marcantes no pensamento crítico do século XX. Visando à renovação epistemológica das Ciências Sociais, suas análises se assentam sobre os eixos econômico, cultural e político, inicialmente, a partir da realidade da América Latina. Nesse sentido, herdamos muitas características de correntes de pensamento contemporâneas, tais quais a Filosofia da Libertação, a Teoria da Dependência e a própria Análise dos Sistemas-Mundo (BALLESTRIN, 2013). Acerca da composição inicial do Grupo, destacam-se:

Esse projeto comunal, em sua composição inicial, era primordialmente baseado na América do Sul e nos Estados Unidos. Incluía: Edgardo Lander (Venezuela), Fernando Coronil (Venezuela—Estados Unidos), Santiago Castro-Gómez and Oscar Guardiola-Rivera (Colômbia), Arturo Escobar (Colômbia—Estados Unidos), Javier Sanjinés (Bolívia—Estados Unidos), Zulma Palermo (Argentina), Maria Lugones (Argentina—Estados Unidos), Freya Schiwy (Alemanha—Estados Unidos), Enrique Dussel (Argentina—México), Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, and Agustín Lao-Montes (Porto Rico—Estados Unidos), somados a Quijano nós mesmos [Catherine Walsh (Estados Unidos) e Walter D. Mignolo (Argentina—Estados Unidos)] [...] Hoje, esse projeto comunal decolonial funciona como uma rede flexível de intelectuais política e socialmente comprometidos, com afinidades mutáveis e móveis, cujas localizações em maioria, se não em totalidade, ocupam todos os continentes do mundo, com perspectivas e posicionamentos pluriversais sobre a matriz moderna/colonial de poder (MIGNOLO; WALSH, 2018, p. 8–9, tradução nossa).

Por mais que não se restrinja à realidade latino-americana, ainda assim tem-se como premissa central que a modernidade se deu a partir da captura das Américas pelo processo de colonização, tornando a categoria raça o eixo fundamental de dominação colonial. Antes da América, as dinâmicas de exploração e usurpação eram dirigidas por outras máximas que não a racialidade; enquanto no sentido moderno, para além de um caráter fenotípico da diferença, raça é aspecto de diferenciação pautado em pretensas capacidades biológicas individuais aos conquistadores e aos conquistados, outorgando legitimidade à hierarquização entre brancos e “outros”. Naturalizados pelas estruturas de poder da modernidade, em disputa encontram-se também o trabalho, a natureza, o sexo, a subjetividade e a autoridade, inseridos na dinâmica mais ampla do sistema-mundo moderno e da própria construção dos Estados latino-americanos (QUIJANO, 2007; QUIJANO, 2020; QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

Nesse aspecto, Quijano (2020, p. 908) identifica quatro trajetórias históricas envolvendo o surgimento e consolidação do Estado-nação na América Latina, sendo eles: a) processo limitado de democratização e descolonização pelas vias revolucionárias, em que México e Bolívia são exemplos; b) parco processo de homogeneização populacional por meio do genocídio indígena (Chile, Uruguai e Argentina); c) tentativas de homogeneização cultural, ao suprimir saberes indígenas, negros e mestiços (México, Peru, Equador, Guatemala-América

Central e Bolívia), e d) a ideologia da “democracia racial”, a qual busca invisibilizar as contradições existentes entre a elite branca e a população de cor, como é o caso do Brasil, Colômbia e Venezuela. Como resultado, observa-se a consolidação das dinâmicas coloniais internas aos países latino-americanos, impedindo que se lograsse êxito na aproximação ao suposto ideal europeu de Estado-nação moderno, isto é, racial/culturalmente homogêneo e democrático.

Desde que se instaurou o processo de dominação empreendido pelos europeus contra o “Novo Mundo”, a violência militar foi simultaneamente sustentada na construção conceitual da diferença do outro, imbricadas nos discursos, perpetuados pela produção e reprodução da retórica moderna/colonial. Para os teóricos decoloniais, tal estrutura é denominada de “matriz colonial de poder” (MCP), tendo como principais eixos a raça, o gênero e a natureza. A arena basilar de disputa é, portanto, o conhecimento: existem os que enunciam e aqueles que são alvos da enunciação⁷. Desse modo, a fim de se romper com as amarras coloniais, é necessário ir além da descolonização — isto é, da emancipação territorial e autodeterminação dos povos contra seus colonizadores —, mas *decolonizar*, enfrentando o projeto discursivo da modernidade (MIGNOLO, 2007; MIGNOLO, 2018).

Por sua vez, o projeto discursivo da modernidade, marcado pela categoria *colonialidade do saber*, pode ser compreendido, em sua essência, a partir da relação *ego cogito, ego conquiro* (eu penso, eu conquisto), a que Enrique Dussel (2008) dá particular sentido. Enquanto o *ego cogito*, cuja principal referência é René Descartes, é considerada filosofia fundacional da modernidade, Dussel (2008) questiona firmemente essa suposição. Segundo o autor, Guinés Sepúlvedas é quem deveria ser considerado, na verdade, a primeira referência filosófica da modernidade, ao instaurar a máxima *ego conquiro*, fomentando discursos acerca da “barbaridade dos índios” e a legitimidade das “guerras justas”⁸. Outro termo interessante, em

⁷ “Não se pode compreender as questões raciais e sexuais sem que se compreenda a lógica subjacente da economia (por exemplo, a escravidão é um caso em questão ontem e hoje) ou da política estatal, cujos atores e administradores instituem valores econômicos e orientam seu comportamento por meio de classificações e hierarquias específicas, tanto raciais como sexuais. Em todos esses casos, tudo remonta ao saber, pois é pelo conhecimento que os domínios se instituem como *mundos* (ontologias) enquanto a enunciação se institui como as *imagens* (descrição, explicação, representação, interpretação) desses mundos existentes. Ao fazer isso, esconde-se o fato de que os mundos traduzidos pela enunciação não são representações de mundos existentes, mas instituídos dentro e pela enunciação” (MIGNOLO, 2018, p. 150, tradução nossa).

⁸ Bartolomé de Las Casas é responsável pelo primeiro antidiscurso da Modernidade: “De forma estritamente filosófica, argumentativa, Bartolomé refuta, a) a pretensão de superioridade da cultura ocidental, da qual se deduz a barbárie das culturas indígenas; b) com uma posição filosófica altamente criativa, ele define a clara diferença entre b1) conceder ao Outro (o índio) uma reivindicação universal de sua verdade e b2) enquanto continua a afirmar honestamente a própria possibilidade de uma reivindicação universal de validade em sua proposta a favor do Evangelho; e, finalmente, c) demonstra a falsidade da última causa possível de fundamento da violência da Conquista, no sentido de salvar as vítimas dos sacrifícios humanos, por ser contra a lei natural e injusta sob todos

se tratando da construção do pensamento europeu e sua pretensa superioridade, é *la hybris del punto cero*, introduzida por Ramón Grosfoguel (2007), entendida como a suposta imparcialidade e universalismo adotados por esses pensadores (homens, brancos, cristãos, hétero e europeus), o qual, por meio da primazia do ocidente, invisibiliza outros saberes e discursos para além dos Ocidentais.

Como resultado dessas narrativas disfarçadas de cientificismo, até a Segunda Guerra Mundial, os povos considerados “inferiores” — denominados pelos europeus como indígenas, negros, oliváceos e amarelos (asiáticos) — eram subjugados por não serem vistos como humanos de fato, isto é, sencientes e não conscientes. A consciência, ou a capacidade de raciocinar, cabia somente ao homem branco, justificando as mais atrozes e nítidas relações de dominação a partir da força de trabalho — como a escravidão e a servidão — até às mais ferrenhas e sutis — a exemplo das diferenças salariais e certas modalidades de trabalho não-remunerado, até hoje persistentes. Acompanhando esse dualismo radical pautado em raça, a dominação pautada no sexo também foi incorporada ao projeto moderno de subalternização (QUIJANO, 2020).

Em se tratando violência moderna/colonial fundamentada na diferença sexual, é necessário entendê-la por um viés interseccional, que contemple raça/classe/sexualidade/gênero, evitando a suposta “cegueira epistemológica” quanto à violência sofrida pelas feministas de cor. María Lugones (2020) é pensadora referencial nesta argumentação, e é ao apontar a pressuposição patriarcal, heterossexual e binária nos modelos originais de Quijano sobre a modernidade, que se mostra capaz de agregar maior complexidade às discussões sobre a colonialidade do poder⁹.

Ao dar visibilidade a processos anteriores à invasão europeia em comunidades submetidas à colonização — por exemplo, o igualitarismo ginocêntrico e a aceitação da intersexualidade e da homossexualidade, por povos nativo-americanos; assim como o entendimento de gênero para além da binariedade, pelos iorubás —, Lugones (2020, p. 58) aponta que a modernidade impõe a seguinte forma de organização social:

os pontos de vista” (DUSSEL, 2008, p. 172, tradução nossa). Mas o *máximo de consciência possível universalmente* vem do indígena Felipe Guamán Poma de Ayala. Dussel (2008, p. 181, tradução nossa) ensina: “Guamán demonstrará com razões a contradição em que vive a Modernidade. A práxis de dominação dos próprios cristãos espanhóis é então criticada, a partir de seu próprio texto sagrado: a Bíblia. É um argumento fechado que mostra a contradição performativa da Modernidade em sua totalidade. [...] Em outras palavras, os indígenas eram, praticamente, mesmo antes da conquista, melhores 'cristãos', por suas práticas, do que os cristãos espanhóis de 'agora'”.

⁹ Lugones (2020, p. 55) entende, fundamentalmente, que Quijano se conformou ao padrão hegemônico acerca das contribuições sobre gênero, desconsiderando em suas análises o dimorfismo biológico, a dicotomia posta entre homem e mulher, o patriarcado e a heterossexualidade como basilares na conformação.

[...] “mulher” seleciona como norma as fêmeas burguesas brancas heterossexuais, “homem” seleciona os machos burgueses brancos heterossexuais, “negro” seleciona os machos heterossexuais negros, e assim sucessivamente. Então, é evidente que a lógica de separação categorial distorce os seres e fenômenos sociais que existem na intersecção, como faz a violência contra as mulheres de cor. Devido à maneira como as categorias são construídas, a intersecção interpreta erroneamente as mulheres de cor. Na intersecção entre “mulher” e “negro” há uma ausência onde deveria estar a mulher negra, precisamente porque nem “mulher” nem “negro” a incluem. A intersecção nos mostra um vazio.

Dito isso, é impossível desassociar a formação do sistema de gênero da colonialidade do poder. Assim, as formas de violência sofridas pelas mulheres colonizadas são, sim, diferentes daquelas exercidas contra as mulheres brancas, uma vez que sobre essas últimas não pesa o fator raça. Enquanto às colonizadoras caberia a fragilidade e a passividade, às colonizadas cabe o animalesco, o brutal e a violação erótica (LUGONES, 2007; 2020).

"Raça" não pode ser separada de gênero, nem gênero de "raça". A experiência está tão envolvida porque as construções racistas são baseadas em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção da "raça" e na experiência do racismo. O mito da mulher negra descartável, do homem negro infantilizado, da mulher muçulmana oprimida, do homem muçulmano agressivo, assim como o mito da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal, são exemplos de como as construções de gênero e 'raça' interagem (KILOMBA, 2010, p. 54, tradução nossa).

Nesse sentido, mesmo quando são propostos os alicerces de um feminismo em moldes ocidentais pretensamente universais, configura-se a “colonialidade da razão feminista”, apresentada por Yuderkys Espinosa Miñoso (2020), há a perpetuação do caráter moderno de imperialismo, racismo, de domínio e morte, ainda que o objetivo seja a liberação das mulheres¹⁰.

Acompanhando as categorias de colonialidade do poder e do saber, conceitua-se a *colonialidade do ser*. Sobre o tema, Nelson Maldonado-Torres (2007) ensina que, se a colonialidade do poder trata das formas de dominação e exploração produzidas e reproduzidas pela modernidade e a colonialidade do saber relaciona-se com a epistemologia que sustenta o processo colonial, estaria, então, a colonialidade do ser relacionada à linguagem e como ela molda as experiências nesse regime, isto é, à ontologia. Em sua referência ao pensamento heideggeriano, traz-se luz à máxima cartesiana “penso, logo, existo”, ressaltando o fator “penso”, que resulta na seguinte lógica complexa: “Eu penso (outros não pensam ou não

¹⁰ Ao empreendermos esforços para romper com o universalismo europeu, neste caso, em se tratando dos estudos de gênero, é indispensável mencionar uma das muitas formas de se pensar/fazer feminismo pelas comunidades subalternizadas, derivadas das influências decoloniais: o Feminismo Camponês e Popular, proposto pelas camponesas latino-americanas vinculadas à Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), e posteriormente proposto e adotado como fundamento da Via Campesina.

pensam adequadamente), logo sou (outros não são, estão desprovidos de ser, não devem existir ou são dispensáveis)” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 144).

Baseando-se em Frantz Fanon, o autor conclui: será, portanto, pela negação das formas de conhecer e saber dos sujeitos racializados que se impôs (e se impõe) a colonialidade do ser, permitindo a naturalização da não-ética da guerra, isto é, da violência colonial. Para superar a modernidade/colonialidade, faz-se necessário *descolonizarem-se e se desgenerificarem* os corpos subalternizados, objetivos que somente serão alcançados pela insistência no desejo de viver, em contraposição e assumida revolta ante ao projeto de morte ao qual são submetidos incessantemente. Desse modo, propõe-se um verdadeiro giro decolonial¹¹.

Por fim, da mesma forma que colonialidade e modernidade são processos simultâneos, também o é a decolonialidade. Esse processo é conformado a partir das diversas práticas dos grupos subalternizados que desejam romper com as dinâmicas estabelecidas por aquele binômio, instituindo, assim, um terceiro eixo concomitante. Por sua vez, é responsável por gerar respostas conflitivas e transformadoras, numa verdadeira “trilética” (MIGNOLO, 2018, p. 146), buscando provocar ressurgências questionadoras de todos os fundamentos modernos, propondo novas formas de pensar e ser. Em outras palavras:

A decolonialidade emerge da necessidade de se desassociar das narrativas e promessas da modernidade — não resistir, mas *re-existir*. Nesse sentido, a decolonialidade é tanto um processo analítico da modernidade/colonialidade (sua constituição, transformação) quanto uma série de processos criativos que levam às narrativas decoloniais, as quais legitimam formas decoloniais de fazer e viver (MIGNOLO, 2018, p. 145–146, tradução e grifo nossos).

Re-existência, portanto, pode ser observada no fazer-pensar daqueles movimentos sociais cujas propostas são decoloniais, isto é, criadores e perpetuadores de modos de vida e saberes que desfazem as amarras modernas/coloniais. Protagonizada pelos movimentos indígenas por autodeterminação e protagonismo político, a proposta decolonial assumiu maior força na América Latina a partir da década de 1990.

Ao longo da década de 1990, os povos indígenas começaram a retomar suas próprias formas de identificação e auto-representação. Eles contestaram as negações sociais de sua historicidade, asseverando sua perseverança e autodeterminação como nações e povos milenares, assim, tornaram visíveis sua presença e soberania intelectual como protagonistas sociais e sujeitos históricos e políticos. Ao fazê-lo, eles desafiaram os modelos dominantes de sociedade, economia, governança, nação e estado e, em um

¹¹ “O giro decolonial, e a decolonização como projeto, não envolvem meramente a terminação de relações formais de colonização, mas sim uma oposição radical ao legado e produção contínua da colonialidade do poder, do saber e do ser. Trata-se de pôr fim ao paradigma moderno da guerra; o que significa uma confrontação direta às hierarquias de raça, gênero e sexualidade, que foram criadas ou fortalecidas pela modernidade europeia, no processo de conquista e escravização de inúmeros povos no planeta” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 161, tradução nossa).

sentido relacionado, seu próprio anonimato e invisibilidade até então latente na esfera pública (WALSH, 2018, p. 26, tradução nossa).

São marcos relevantes desse processo as revoltas promovidas pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) e a Marcha de Povos Indígenas da Bolívia, em 1990, assim como os Zapatistas mexicanos em 1994. Por serem propositivos e criadores de uma realidade distinta daquela proposta pela narrativa da modernidade, esses movimentos de resistência são considerados “insurgências decoloniais”. Ademais dos grupos indígenas, assumem a vanguarda insurgente os grupos afrodescendentes e campesinos, tendo como pauta orientadora a luta pela *vida, água e território* (WALSH, 2018).

Desde que os Estados Unidos se tornaram a nova hegemonia do sistema-mundo moderno no pós-Segunda Guerra, o cenário em que devem atuar tais movimentos assumiu contornos próprios, sendo o Ocidente não mais compreendido somente pela Europa, mas incorporando o Atlântico Norte. Mignolo (2005, p. 48) afirma que, por meio deste processo de deslocamento:

A diferença colonial redefine-se nas formas globais de colonialismo movidas pelas finanças e pelos mercados, mais que pela cristianização, pela missão civilizadora, pelo destino manifesto ou pelo progresso e desenvolvimento.

Nesse sentido, os movimentos sociais, especialmente os latino-americanos, opõem-se às práticas totalizantes da globalização, as quais buscam interferir nos diversos modos de vida locais, desde o cultivo e alimentação à produção e utilização de territórios. Assim, formam-se redes transnacionais de ativismo, cujos formatos de resistência e enfrentamento são locais, além de produzir e difundir práticas intelectuais extra-acadêmicas (FLÓREZ-FLÓREZ, 2007).

Especificamente a respeito dos desafios e possibilidades da atuação transnacional para a efetiva construção de alternativas decoloniais, Bringel (2014) ressalta três eixos indispensáveis à análise desse fenômeno:

1. Espacialidade da contestação social, em que é constante a relação entre as diferentes escalas — implicando numa interlocução intensa entre o local, o regional e o global — sendo essa capaz de articular (ou tensionar) múltiplos atores e projetos.
2. Noção de tradução, a partir da qual se empreendem esforços para a convergência e o entendimento entre múltiplos saberes e práticas. É válido ressaltar a importância política do ato de traduzir, no que tange às possíveis omissões ou adaptações do que se é dito, bem como das origens e motivações daquele que traduz.
3. Dinâmicas de difusão, sendo elas pautadas no nível de proximidade entre aqueles que se comunicam, podendo ser: relacionais, em que há intensos processos de

compartilhamento; não-relacionais, cujos interlocutores são distantes entre si, gerando um processo de reinvenção das metodologias de ativismo; e mediada, na qual há um interlocutor que transita entre grupos diversos.

Tomando essas considerações como guias, quando os movimentos sociais tecem suas redes transnacionais, esses atores são responsáveis pela criação de novas horizontalidades, novas sociabilidades, novas subjetividades e, enfim, novas territorialidades (BRINGEL; FALERO, 2008).

Tendo em conta a complexidade do movimentismo para além das fronteiras do Estado-nação, o que nos interessa destacar, como traço distintivo no transnacionalismo das lutas dos movimentos sociais contemporâneos, são as convergências de identidades e solidariedades, as novas formas de organização, a construção de subjetividades coletivas que transcendam o marco-referencial local ou nacional. Elas estão unidas a uma nova estrutura de oportunidade políticas para a política internacional e à crescente complexidade da questão territorial através das múltiplas territorialidades implicadas nas lutas sociais contemporâneas que imbricam, de diferentes maneiras, o local, o regional-nacional, o regional-internacional (blocos), o nacional e o global (BRINGEL; FALERO, 2008, p. 276).

Ao criar novos padrões para a organização do espaço e distribuição do poder, garantem que suas demandas e a orientação de sua luta antissistêmica/decolonial ocorra nos diversos planos em que seus opositores interferem, por sua abrangência global e influência local. No caso da América Latina, com a virada ao século XXI, os padrões neoliberais de expansão do capitalismo adotam feições próprias, exigindo parâmetros particulares para a atuação dos movimentos sociais conectados em redes. Em voga, trata-se do paradigma neoextrativista, enquanto movimento dialético de continuidade e afastamento ante aos padrões neoliberais de produção. Marca deste processo é o “Consenso das Commodities”, o qual permite a coexistência entre governos progressistas, em defesa do desenvolvimentismo como suposto caminho para o progresso social, e de governos neoliberais, dedicados à manutenção das agendas do anterior Consenso de Washington, de liberalização e privatização (SVAMPA, 2012).

3.3 Neoextrativismo e os aprofundados conflitos socioambientais na América Latina

Tendo como marco a mudança de época percebida a partir dos anos 2000, a América Latina vivenciou um período de ascensão dos movimentos progressistas, em um esforço de distanciamento em relação aos signos neoliberais das duas décadas anteriores. Como marca dessa tentativa de ruptura, os governos latino-americanos passaram a ser mais permeáveis às questões sociais, especialmente àquelas vinculadas aos movimentos camponeses e indígenas.

Entretanto, ainda que houvesse maior incorporação desses ideais aos projetos políticos das classes governantes, o que se observa é o acirramento das violações dos direitos dessas comunidades (SVAMPA, 2017).

Isso porque, a partir do “Consenso das *Commodities*”¹², o discurso político progressista passa a valorizar a exploração do meio ambiente e relativizar os danos produzidos, justificando sua necessidade a partir da reversão dos ganhos logrados em políticas assistencialistas. Assim, ao mesmo tempo em que se elegem e mantêm tais representantes no poder a partir das mobilizações sociais contrárias às práticas extrativistas e de despossessão, são privilegiadas tais atividades em prol do crescimento e centralizando a participação política à burocracia estatal, deixando os movimentos sociais à margem (LANDER, 2017).

A esse processo paradoxal de progressismo e exploração, alicerçado no aquecimento do mercado de *commodities*, é que se chama de neoextrativismo, considerado modelo de desenvolvimento pautado na exploração de bens primários para a exportação, bem como da incorporação de novos territórios e insumos à dinâmica do capital. Eduardo Gudynas (2009), ao sintetizar o neoextrativismo em dez teses centrais, fornece o marco conceitual observado no Quadro 2.

Quadro 2 — Resumo das teses preliminares que caracterizam o neoextrativismo dos governos progressistas da América do Sul

1	A importância dos setores extrativistas persiste como um pilar relevante dos estilos de desenvolvimento.
2	O progressismo sul-americano gera um novo tipo de extrativismo, tanto por parte de alguns de seus componentes, bem como pela combinação de antigos e novos atributos.
3	Há uma maior presença e um papel mais ativo do Estado, com ações tanto direta como indireta.
4	O neoextrativismo atende a uma inserção internacional subordinada e funcional à globalização comercial e financeira.
5	A fragmentação territorial continua avançando, com áreas relegadas à enclaves extrativistas, associados aos mercados globais

¹² É interessante destacar outra marca distintiva do *boom* das *commodities* na América Latina: a aproximação dos mercados da região à China, o gigante asiático. Sobre o assunto, entende-se que “as motivações para a aproximação com a China por parte dos Estados latino-americanos variam de acordo com os interesses nacionais de cada um deles; no entanto, três causas principais podem ser identificadas: primeiro, lograr um processo de crescimento econômico via exportações (*export-led growth*) que permitissem políticas de desenvolvimento; segundo, buscar investimentos estrangeiros diretos (IED) para auxiliar esse processo de desenvolvimento; e terceiro, construir uma alternativa de inserção internacional diante dos Estados Unidos e da Europa, que vêm se retirando da região” (BARZOLA; BARONI, 2017, p. 121, tradução nossa).

6	Além da propriedade dos recursos, são reproduzidas regras e funcionamento dos processos produtivos voltados para competitividade, eficiência, maximização de renda e externalização de impactos.
7	São mantidos — e em alguns casos, agravam-se — os impactos sociais e ambientais dos setores extrativos.
8	O Estado capta (ou tenta captar) uma proporção maior do excedente gerado pelos setores extrativistas, e parte desses recursos financiam programas sociais, com os quais garantem novas fontes de legitimação social.
9	Tenta-se reverter algumas contradições sobre o extrativismo, passando a concebê-lo como indispensável para combater a pobreza e promover o desenvolvimento.
10	O neoextrativismo faz parte de uma versão contemporânea do desenvolvimentismo típico da América do Sul, em que o mito do progresso se mantém sob uma nova hibridação cultural e política.

Fonte: Adaptado e traduzido de Gudynas (2009, p. 221).

Além disso, é pertinente mencionar que o aprofundamento da exploração dos ecossistemas e comunidades do campo pode ser compreendido a partir de fases do neoextrativismo, de acordo com Svampa (2020). Entre os anos de 2003 e 2010, observa-se a “fase de positividade”, em que o *boom* das *commodities* possibilitou o amplo investimento em políticas sociais de distribuição de renda e redução das desigualdades, bem como de ampliação de direitos, apesar do desenvolvimentismo predatório. Já a “fase de multiplicação dos megaprojetos”, compreendido entre os anos de 2007 e 2013, intensificaram-se a mineração, a exploração de petróleo, a hidroeletricidade e o cultivos de transgênicos. Esse período é marcado pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento e pelo acirramento da conflitividade em defesa do território.

Esses conflitos se caracterizam por sua complexidade, temática variada e pela grande diversidade de atores envolvidos. Entre os temas ressaltantes, destacam-se os problemas de contaminação e desmatamento, os impactos de megaprojetos como a mineração e a exploração hidrelétrica, o acesso e uso de áreas protegidas, o planejamento e ordenamento de zonas urbano-rurais, o acesso à terra, a posse de territórios tradicionais, e o manejo de recursos pesqueiros. Quase sem exceção, tratam-se de conflitos que envolvem atores do Estado, comunidades e organizações locais, povos indígenas, empresas nacionais ou corporações transnacionais, até organizações governamentais e acadêmicas. (MERCHAND ROJAS, 2016, p. 181, tradução nossa).

Ainda, entre 2013 e 2015, percebe-se a “fase de exacerbação do neoextrativismo”, marcado pelo fim do progressismo na América Latina e a queda dos preços das matérias-primas, o que ampliou em sobremaneira as pressões exercidas sobre a natureza e suas comunidades tradicionais. Já em anos mais recentes, em razão da polarização política iniciada nos anos 2010,

houve o declínio das forças progressistas na região e o consequente retrocesso ao conservadorismo neoliberal, em que se verifica a ascensão de líderes como Mauricio Macri (Argentina), Lenin Moreno (Equador), bem como golpes parlamentares contra representantes democraticamente eleitos – caso de Zelaya (Honduras), Fernando Lugo (Paraguai) e Dilma Rousseff (Brasil). Nesse cenário político de guinada à direita, impulsionam-se as práticas de desrespeito aos direitos humanos e reforço da vulnerabilização de comunidades marginalizadas. Portanto, perde-se a característica amenizadora do neoextrativismo presente ao longo dos governos progressistas, pautada em concessões aos movimentos sociais e na promoção de políticas compensatórias (SVAMPA, 2020).

Como efeito direto dessa conflitividade, característica do neoextrativismo, observa-se a articulação de diversos atores sociais contrários ao modelo econômico vigente, formulando e fomentando um verdadeiro giro ecoterritorial, partindo da transversalização das matrizes indígena-comunitária, narrativa autonômica e feminista — também lido como decolonial, já visto na subseção anterior. Ainda, Svampa (2019) define a ampliação das escalas da mobilização contestatória, em níveis de coordenação internacionais em que se é capaz de construir, inclusive, um pensamento ambientalista latino-americano. Para unificar pautas e melhor coordenar atividades nos níveis supralocais entre diversas comunidades, fazem-se necessários marcos de ação coletiva, sendo esses: bens comuns, justiça ambiental, Bem Viver e Direitos da Natureza (SVAMPA, 2016).

Tomando como referência tais eixos, é possível verificar a ressonância das pautas latino-americanas, inseridas no contexto de enfrentamento ao neoextrativismo, nas arenas internacionais de debate socioambiental. É o caso, por exemplo, do Fórum Social Mundial e da Via Campesina, objeto de análise da presente pesquisa. No capítulo seguinte, dedicamo-nos a pormenorizar os principais aspectos do “movimento de movimentos”, contemplando a sua história, suas bandeiras de luta e seus mecanismos de articulação internacional.

4 A VIA CAMPESINA, UM “MOVIMENTO DE MOVIMENTOS”

Em concretização ao desejo pela união das entidades de base rurais, será no início da década de 1990 que La Vía Campesina (LVC) terá seus contornos delimitados e objetivos definidos, partindo da Declaração de Managua, Nicarágua (1992) e da Declaração de Mons, Bélgica (1993). De acordo com essa, a Via Campesina corresponde a:

[...] uma iniciativa campesina autônoma, destinada a desenvolver propostas alternativas ao modelo neoliberal, a partir das particularidades de cada organização participante e da situação política, econômica, social e cultural que enfrenta (LVC, 1993, tradução nossa).

No presente capítulo, pretende-se, em primeiro lugar, descrever o surgimento, a estrutura organizacional da Via Campesina e suas bandeiras de luta, fornecendo especial enfoque ao projeto de soberania alimentar sustentado pela agroecologia. Em seguida, sistematizar-se-ão os principais mecanismos de articulação internacional, empreendendo esforços em prol da integração das pautas globais às demandas locais.

4.1 Surgimento, estrutura organizacional e bandeiras de luta: *quem são a Via Campesina?*

Emergido no contexto pós-Guerra Fria, durante a década de 1990, o Consenso de Washington passa a ser estrutura marcante da nova hegemonia do sistema-mundo moderno: os Estados Unidos. Nesse período, consolidam-se os regimes orientados pelos três grandes organismos reguladores, a saber: Acordo Geral de Tarifas e de Comércio (GATT, que se converte na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Cada instituição, à sua maneira, foi responsável por instaurar, subsidiar e impor aos demais países do sistema as práticas neoliberais de mercado. Para a periferia e semiperiferia agroexportadora, isso significou o avanço da Revolução Verde¹³, resultando em concentração fundiária, despossessão e êxodo rural em favor de um modelo agrário de monocultura voltado à exportação. Em se tratando especialmente da América Latina, observa-se a influência do Banco Interamericano de Desenvolvimento na vanguarda desses processos (OCAMPO; FLORES, 2019; COSTA, 2017).

¹³ Nesse contexto, serão introduzidas, por exemplo, a mecanização agrícola e o uso de sementes modificadas, pesticidas e fertilizantes químicos, assim como se fortaleceu a concentração de terras; esses fatores serão responsáveis por agravar as vicissitudes relacionadas à qualidade de vida da população local e o equilíbrio ambiental.

Será, portanto, a partir do recrudescimento dessas práticas liberalizantes que se delineou o elemento comum a ser combatido por muitas organizações e movimentos sociais transnacionais: o neoliberalismo¹⁴. Com base no acumulado de experiências já construídas ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980 em termos de mobilização internacional agrária, confluíram diversas organizações, tanto locais quanto regionais, em prol da consolidação da Via Campesina (VIEIRA, 2012).

Embora a Via Campesina tenha vinte anos de história de resistência e mobilização, é importante reconhecer que as raízes da Via Campesina remontam ao passado. Ao longo da década de 1980, os líderes camponeses se envolveram em inúmeras visitas de delegações Norte/Sul e Sul/Sul e intercâmbios organizacionais, descobrindo muitas pautas comuns: em todos os lugares, a industrialização e a liberalização da agricultura — impostas por meio de programas de ajuste estrutural e acordos regionais de livre comércio — estavam levando a uma aguda crise agrícola causada pela reestruturação da agricultura, destruição da biodiversidade, maior degradação do meio ambiente, aumento da disparidade, maior empobrecimento do campo acompanhado pela consolidação e concentração das corporações do agronegócio. Cada vez mais, camponeses e pequenos agricultores de todos os lugares estavam sendo expulsos de suas terras. Consequentemente, os camponeses resistiram ativamente à imposição da monocultura altamente capitalizada, agricultura industrial, mobilizando organizações locais e nacionais em toda a Ásia e formando movimentos camponeses regionais como a Coordenação Camponesa Europeia (CPE) e o ASOCODE [Asociación de Organizaciones Campesinas Centroamericanas para la Cooperación y el Desarrollo] na América Central. E, apenas dez meses após a formação da Via Campesina, as organizações camponesas e indígenas que trabalharam juntas em toda a América Latina na Campanha dos 500 anos de Resistência articularam um movimento camponês continental, a CLOC [Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo] (DESMARAIS, NICHOLSON, 2013, p. 4, tradução nossa).

Dito de outra maneira, a conformação da Via Campesina em moldes transnacionais de articulação deriva justamente das dinâmicas construídas muitos anos anteriores à sua institucionalização. Nos dias atuais, a Via Campesina compreende 182 organizações locais e nacionais, distribuídas por 82 países (vide Anexo 1). Essa grande rede transnacional é responsável por viabilizar a mobilização de pautas e agendas globais, para que exerçam, de fato, pressão sobre as problemáticas vivenciadas localmente por todas as entidades de base envolvidas em sua construção¹⁵.

¹⁴ “A Via Campesina surge no momento de consolidação de um sistema que vinha se delineando desde o pós-II Guerra Mundial, o qual inclui a produção intensiva e mecanizada, a padronização dos produtos em escala mundial, a concentração da cadeia produtiva nas mãos de grandes empresas multinacionais. A esta industrialização da agricultura somaram-se outras características do capitalismo do final do século XX: a financeirização global da atividade agrícola, a privatização e concentração de bens historicamente considerados públicos ou comunais como a terra, a água e o patrimônio genético” (VIEIRA, 2012, p. 61).

¹⁵ Concordamos com Niemeyer (2006) quanto à categorização da Via Campesina enquanto Movimento Social Transnacional, ainda que partamos de referências teóricas diferentes. Por um lado, a autora se pauta em Eschle e Stammers (2004), ao asseverar que uma “rede transnacional de atores sociais só pode ser considerada como um movimento social, quando mantém sua relação com a base”, sendo esse critério atendido pela LVC. De nossa parte, optamos pelo conceito de Organizações de Movimentos Sociais Transnacionais (SMITH et al., 2018; SMITH; PLUMMER; HUGHES, 2016; SMITH; WIEST, 2012) trabalhada no capítulo anterior, porque é utilizado

Como mencionado anteriormente, os marcos fundacionais da Via Campesina são os encontros de Manágua (Nicarágua) e Mons (Bélgica), conduzidos nos anos de 1992 e 1993, respectivamente. O primeiro encontro, convocado pela *Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos* da Nicarágua (UNAG), é considerado a primeira conferência onde se propôs, efetivamente, a criação de uma entidade internacional do movimento camponês, responsável por fornecer novos e distintos parâmetros para a superação do padrão capitalista de produção. As pautas centrais da Declaração de Manágua são a franca oposição ao GATT, a exigência pela participação direta da classe camponesa na vindoura Cúpula da Terra (Rio 92), assim como a denúncia do uso das dívidas externas como pretexto para a imposição de políticas liberais aos países pobres (LVC, 1992; VIEIRA, 2012).

No ano seguinte, em conferência convocada pela ONG holandesa Paulo Freire Stichting (PFS), a Via Campesina foi finalmente oficializada, tendo a Declaração de Mons dado continuidade à anterior, contando com novos signatários e apontando para uma agenda formal de luta. Naquela oportunidade, foram apontadas as organizações responsáveis pela coordenação das atividades da Via em cada região: a América do Sul seria representada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Brasil; a América do Norte, Central e Caribe pela ASOCODE; a Ásia teria como representante *Kilusang Magbubukid ng Pilipinas* (KMP); a Europa Ocidental foi representada pela Coordenação Camponesa Europeia (CPE); e a Europa Oriental pela entidade polonesa *Farmer's Solidarity*. Em conjunto com Paulo Freire Stichting (PFS), essas organizações formariam o Comitê de Coordenação (LVC, 1993).

Desde o princípio, LVC se autodenomina um “movimento de movimentos” e, ao contrário de federações ou organizações não-governamentais, não se dedica a ações diretas e de curto-prazo. Por seu turno, a Via Campesina busca dar vazão às vozes dos movimentos rurais que a compõem, garantindo a presença dos trabalhadores do campo nas arenas internacionais de negociação e governança. Em outras palavras, sua legitimidade deriva do fato de que seus dirigentes não falam em nome de outrem, mas são as próprias comunidades do campo que se fazem ouvir (LVC, 2021a).

Em se tratando estritamente do aspecto estrutural do movimento, seu Secretariado Operacional possui localização alterada periodicamente, a fim de garantir que seus membros sejam devidamente representados em sua diversidade. Assim, a Via Campesina já foi sediada por Bélgica (1993–1996), Honduras (1997–2004), Indonésia (2005–2013), Zimbábue (2013–

no marco da Análise dos Sistemas-Mundo e pela recência das publicações sobre o tópico. Ainda, vale mencionar a existência da categoria “Movimentos Agrários Transnacionais”, de Borras Junior, Edelman e Kay (2008), do qual a Via Campesina é tomada como caso exemplar.

2020) e, mais recentemente, pela França (de 2021 ao presente). Acerca da esfera organizacional, por prezarem pela descentralização do movimento, as entidades de base vinculadas à Via Campesina possuem coordenações regionais, tais quais: *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC-Via Campesina), *La Via Campesina North American Secretariat* (LVC-NA), *European Coordination Via Campesina* (ECVC), *La Via Campesina South Asia* e *La Via Campesina Southern and Eastern Africa*.

Já sobre os membros dirigentes do movimento, estes são eleitos a cada Conferência Internacional realizada a fim de formar o Comitê de Coordenação Internacional (ICC), o qual é responsável por acompanhar e implementar as decisões adotadas pela alta cúpula (LVC, 2021a). Considerado o mais importante elo entre as decisões internacionais das realidades regionais e locais das entidades populares, o ICC é formado por dezesseis membros, sendo um homem e uma mulher para cada uma das regiões operacionais da Via Campesina¹⁶ (DESMARAIS, 2007).

Quanto ao processo de tomada de decisão, ratificação e definição de posicionamentos, planejamento e definição de metas do movimento, admissão de novos membros e lançamento de campanhas, as mais altas instâncias decisórias são as Conferências Internacionais.

A mais alta instância decisória do movimento é a Conferência Internacional que acontece a cada quatro anos. [...] As decisões tomadas a partir desta Conferência Internacional, baseadas nas realidades vividas pelas comunidades rurais em todo o mundo, são então implementadas por um corpo eleito de representantes camponeses de todos os continentes. Este órgão é chamado de Comitê de Coordenação Internacional (ICC) da Via Campesina. [...] Este corpo de representantes camponeses democraticamente eleito, composto por mulheres, homens, acolhendo membros não-binários, incluindo também a juventude, é apoiado por uma equipe de técnicos, voluntários e estagiários que auxiliam no dia a dia de operações técnicas e na logística de suas secretarias globais e regionais (LVC, 2021a, p. 3, tradução nossa).

Desde Mons, mais seis Conferências Internacionais foram conduzidas, a saber: Tlaxcala, México (1996); Bangalore, Índia (2000); Itaici, Brasil (2004); Maputo, Moçambique (2008); Jakarta, Indonésia (2013) e Euskal Herria, País Basco (2017). Para melhor organizar esse processo de consulta e responsabilização, horizontal e democrático, são promovidas reuniões regionais preparatórias anteriormente a cada conferência internacional. É indispensável mencionar que, desde a III Conferência Internacional de Bangalore, as Assembleias de Mulheres da Via Campesina acontecem em paralelo, sendo consideradas tão

¹⁶ Atualmente, são nove as regiões onde opera a Via Campesina: América do Norte, América Central, Caribe, América do Sul, Europa, Sul da Ásia, Sudeste Asiático, Sul e Leste Africano, Oeste e Centro da África (LVC, 2015).

importantes quanto a reunião geral dos membros da LVC, apesar do recorte de gênero¹⁷. Além disso, as Assembleias da Juventude da Via Campesina ocupam posição de prestígio desde a IV Conferência, ocorrida no Brasil.

Em cada uma das reuniões, independentemente de seus recortes, é perceptível a forma como o movimento antagoniza firmemente o sistema de produção capitalista e propõe a superação do neoliberalismo, num amplo esforço antissistêmico. Nesse ponto em particular, vale destacar a correspondência entre os moldes da sistematização de Smith, Plummer e Hughes (2016, p. 12), apresentados no capítulo anterior pelo Quadro 1, e as estratégias, discursos e práticas da Via Campesina. Mais nitidamente, essa adequação ao padrão é nítida ao se analisarem as Declarações de Conferência, nas quais as organizações do movimento indicam os regimes e atores internacionais responsáveis pela subalternização das populações do campo, bem como defendem os costumes e saberes tradicionais de produção agrícola:

Denunciamos as políticas do Banco Mundial, do FMI e de outras instituições internacionais que implementam de maneira fraudulenta as chamadas “políticas de desenvolvimento rural” que, na verdade, visam roubar nosso patrimônio comum — terra, água e recursos genéticos. Não nos deixaremos enganar pelo programa de privatizar a terra e a água como forma de obter investimento e desenvolvimento. [...] A Via Campesina está empenhada em construir alianças para mudar os rumos da ordem econômica. Nós, juntamente com aqueles que compartilham nossa visão, mudaremos o atual modelo econômico para proteger e desenvolver a agricultura de base camponesa, fundamentada na sabedoria tradicional. Exigimos acesso à terra e o direito de produzir nossos próprios alimentos (LVC, 2000, tradução nossa).

Outras pautas adjacentes também são levadas em consideração, como o deslocamento forçado de camponeses, a imposição dos organismos geneticamente modificados (OGMs) e o consequente extermínio da biodiversidade, bem como a particular pressão sofrida pela juventude e pelas mulheres do campo:

Deslocamentos maciços e forçados de pessoas, bem como guerras visíveis ou silenciosas, também são causas do desaparecimento de camponeses na África, Ásia, Caribe e América Latina. Em algumas regiões, o aumento dos suicídios de camponeses é uma tragédia crescente. [...] As mulheres e os jovens continuam a ser os mais marginalizados de todos e estão cada vez mais sujeitos à violência criminal. São também as principais vítimas da privatização dos serviços básicos, da concentração da propriedade da terra e da destruição dos mercados locais e das formas locais de alimentação e agricultura, bem como da exploração e do trabalho escravo

¹⁷ “Nesse ensejo, convém destacar os principais pontos de incidência feminina na Via Campesina Internacional, no que diz respeito à institucionalização das pautas suscitadas, a começar por 1996. Naquele ano, realizou-se a II Conferência Internacional em Tlaxcala (México), quando foram aprovados os critérios de paridade de gênero para a composição do Comitê de Organização Internacional (ICC, na sigla em inglês), bem como foi instituída a Assembleia de Mulheres. De 2000 em diante, tendo como marco a Carta da III Conferência Internacional (Bangalore, Índia), todas as reuniões internacionais de La Via Campesina passaram a ser acompanhadas da Assembleia de Mulheres, além de ter havido mudanças estruturais que permitissem a equidade da participação feminina nos órgãos dirigentes do movimento” (OLIVEIRA, 2022, p. 33).

imposto pelas transnacionais. [...] Nós nos opomos totalmente aos OGMs e vamos combatê-los em todos os lugares. Mais uma vez expressamos nossa total oposição aos cultivos geneticamente modificados. [...] e o uso da tecnologia da morte — as sementes estéreis ou "*terminator*" — com o único objetivo de assegurar os lucros das empresas transnacionais do setor agrícola (LVC, 2004, tradução nossa).

Além disso, reconhecem o caráter sistêmico das crises vivenciadas, inclusive, ressaltando a violência colonial como uma de suas facetas, reforçando a reprodução e expansão do capital, sendo esses processos permitidos e facilitados por governos nacionais e organismos internacionais:

Hoje, enfrentamos uma das maiores crises de nossa história, que é sistêmica. Os sistemas alimentar, trabalhista, energético, econômico, climático, ecológico, ético, social, político e institucional estão entrando em colapso em muitas partes do mundo. [...] As corporações transnacionais, aliadas a governos e instituições internacionais, estão impondo sob o pretexto da economia verde monoculturas transgênicas, megamineração, barragens e projetos de *fracking*, grandes plantações de árvores e biocombustíveis ou a privatização de nossos mares, rios, lagos e florestas. A soberania alimentar devolve o controle sobre nossos bens comuns às mãos do povo. [...] À medida que construímos nosso crescente movimento de soberania alimentar a partir de nossa diversidade geográfica e cultural, reforçamos a justiça social e a igualdade. Praticando a solidariedade acima da competitividade, rejeitando o patriarcado, o racismo, o colonialismo e o imperialismo, lutamos por sociedades democráticas e participativas, livres da exploração de crianças, mulheres, homens e natureza (LVC, 2013a, tradução nossa).

Portanto, trata-se de uma oposição tanto material quanto imaterial, ao promover diferentes formas de utilização e ocupação dos territórios, oferecendo alternativas ao atual padrão de consumo, com atenção às sabedorias tradicionais do campo. Por esse motivo, o processo de produção e difusão desse paradigma, por sua ampla compreensão aos desejos e motivações das entidades de base vinculadas à Via, pode ser considerado decolonial (DUNFORD, 2016)¹⁸. Para além da proposição de novas formas de vida, a Via Campesina demonstra a viabilidade desse projeto ao defender a agroecologia como caminho para a soberania alimentar.

Nossa agroecologia camponesa alimenta o solo com matéria orgânica, é baseada na biodiversidade, conserva e recupera variedades crioulas de sementes e raças de animais, usando o conhecimento de nossos povos e de nossa Mãe Terra para nos alimentar. Sua principal fonte é o conhecimento campesino e indígena, ancestral e

¹⁸ “Essas trocas mostram que a soberania alimentar não se despojou de um conteúdo cultural fortemente arraigado para revelar uma universalidade abstrata. Em vez disso, a soberania alimentar tornou-se globalmente significativa por meio de intercâmbios interculturais por meio dos quais diversas perspectivas enriquecem a soberania alimentar à medida que a impregnam com suas visões de mundo particulares. Tais trocas permitiram que a soberania alimentar se desenvolvesse em uma norma pluriversal que luta por um mundo em que o uso compartilhado e o manejo coletivo dos territórios tornem possível a coexistência de diversos mundos camponeses, indígenas, pastores e pescadores. [...] Finalmente, a soberania alimentar constitui uma norma global decolonial na medida em que emergiu e viajou através do intercâmbio intercultural em diversas perspectivas. Diante de um sistema alimentar que fecha mundos alternativos ao cercar a terra, os intercâmbios interculturais deram origem a uma demanda comum por um mundo em que os diversos sistemas agrícolas através dos quais os povos produzem seus próprios alimentos em seu próprio território sejam possíveis” (DUNFORD, 2016, p. 10–11, tradução nossa).

popular que acumulamos por gerações, no dia a dia, por meio da observação e experimentação constantes em nossas terras, compartilhadas posteriormente em nossas trocas de camponês para camponês, bem como entre nossas organizações. [...] A agroecologia camponesa é a base de nossa proposta e visão para a soberania alimentar dos povos do mundo. Para isso, precisamos lutar pela reforma agrária genuína, integral e popular, pela defesa dos territórios indígenas e camponeses e pela recuperação dos sistemas alimentares locais (LVC, 2017, tradução nossa).

Fruto da articulação transnacional da Via Campesina, o conceito de soberania alimentar foi utilizado pela primeira vez na II Conferência Internacional da LVC, em Tlaxcala, México (LVC, 1996). Desde então, o termo encontra-se cristalizado como um dos pilares principais do movimento internacional campesino, em resposta às estruturas capitalistas excludentes e perpetuadoras da miséria. Em síntese, a soberania alimentar¹⁹ defende os direitos dos povos à produção, ao território e ao consumo de alimentos saudáveis, com atenção às diferentes culturas e cosmovisões que mantêm vivos os costumes alimentares tradicionais, rejeitando, assim, o padrão vigente (ROSSET, 2016).

Cabe, nesse ponto, identificar a diferenciação conceitual entre soberania alimentar, defendida pelos movimentos rurais, e segurança alimentar, proposta pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)²⁰. Ao contrário de LVC, a FAO defende o “direito de todos a terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito fundamental de todos a não sofrer a fome” (FAO, 1996). Ou seja, condiz a um projeto omissivo quanto à subjetividade daquele que cultiva, bem como às etapas de produção na cadeia global alimentar.

Como alternativa para alcançar a recuperação e o equilíbrio das relações homem-natureza, propõe-se a agroecologia. Fortemente associada ao conceito de soberania alimentar e reforma agrária, a agroecologia campesina visa produzir alimentos ecologicamente responsáveis e culturalmente inseridos na realidade das populações camponesas. Essa forma de alimentar e ser alimentado não só é relevante para a qualidade de vida no campo, mas também

¹⁹ Aprofundando esta conceituação, lê-se em Desmarais (2002): “Essa ideia de soberania alimentar [Via Campesina, 1996b], definida como “o direito de produzir alimentos em nosso próprio território”, está no centro do modelo alternativo de desenvolvimento agrícola que a Via Campesina está trabalhando para estabelecer. Como afirma a posição da Via Campesina para a Cúpula Mundial da Alimentação [Via Campesina, 1996b], a alimentação é uma necessidade básica, é “antes de tudo uma fonte de nutrição e apenas secundariamente um item de comércio”. Como tal, a Via Campesina está defendendo uma mudança fundamental em quem define e determina o propósito e os termos do conhecimento, pesquisa, tecnologia, ciência, produção e comércio relacionados aos alimentos. O que a Via Campesina está falando [Via Campesina, 1996c] é a necessidade de construir culturas e economias camponesas baseadas em princípios “que ainda não desapareceram completamente” como imperativos e obrigações morais, equidade, justiça social e responsabilidade social. Isso, de acordo com a Via Campesina, é o que significa construir comunidade e cultura rural (DESMARAI, 2002, p. 100. Tradução nossa).

²⁰ A Via Campesina assume forte oposição à FAO, ao considerá-la uma das representantes do neoliberalismo em voga — junto a organizações como o Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio — e, portanto, também responsável pela manutenção e reprodução da miséria em escala global.

reflete positivamente no consumo das cidades, fortalece a associação dos movimentos sociais entre si e reduz os riscos de adoecimento das populações locais. Ademais, são úteis na medida em que reduzem as emissões de gás carbônico, são mais resilientes às mudanças climáticas, protegem a diversidade genética de sementes, bem como são capazes de reverter a degradação do solo e agroecossistemas (LVC, 2010; 2013b; 2018).

Vale ressaltar também que a proposta camponesa de agroecologia possui fortes raízes feministas, uma vez que “reconhece as mulheres como agentes centrais da mudança, nas plantações e nos movimentos sociais”, dando a elas “mais autonomia e empoderamento, dentro de suas famílias e comunidades” (LVC, 2018, p. 15). É devido à forte presença feminina na estruturação familiar e produtiva do campo, assim como à marcante atuação das mulheres em suas respectivas organizações camponesas, que a luta feminina contra o patriarcado é estruturante à Via Campesina. Entretanto, apesar da permeabilidade do movimento às pautas das mulheres, a entidade somente se reconhece feminista a partir de 2017. A proposição do Feminismo Camponês e Popular é considerada o marco decisório desse processo.

A construção de um Feminismo Camponês e Popular exigiu que esforços fossem empreendidos, primeiramente, para garantir que as pautas de gênero fossem reconhecidas como indispensáveis no processo de emancipação da classe camponesa. Desse modo, assegurar a paridade de gênero nos órgãos decisórios do movimento, assim como a criação e manutenção das Assembleias de Mulheres, foram conquistas decisivas para o fortalecimento dessa corrente. Desse modo, fizeram-se necessários amplos e densos debates, conduzidos no nível internacional da articulação de camponesas, para que as ideias concebidas nos espaços da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) pudessem encontrar ressonância e serem devidamente institucionalizadas pela Via Campesina (OLIVEIRA, 2022, p. 35).

Visto isso, somente se mostrou possível a adoção do viés feminista como bandeira de luta pela Via Campesina quando se empreenderam esforços massivos em prol da construção de um feminismo particular às camponesas, sendo paulatinamente consolidado por um processo dialógico amplo, horizontal e democrático no próprio marco institucional do “movimento de movimentos”. Partindo desse exercício, as mulheres da Via Campesina foram capazes de identificar os três eixos da dominação às quais são submetidas e, assim, delinear uma agenda de luta particular a si próprias:

As mulheres são sujeitas a uma tríade de dominações em seu cotidiano: exploração de classe, opressão de gênero e de raça. Para mulheres negras e indígenas, essa exploração é ainda mais nítida porque o colonialismo ainda prevalece globalmente. A medida em que as mulheres tomam consciência de seu status de classe e gênero, as camponesas se tornam cientes de sua contribuição histórica no combate ao modelo capitalista e à destruição do patriarcado, que as subordina por meio da imposição de padrões comportamentais e da dominação de seus corpos, da natureza e do conhecimento ancestral (LVC, 2021b, p. 27).

Desse modo, para elas, é impossível desvincular a luta pela justiça social fundiária da emancipação feminina e, portanto, trata-se de “um feminismo refletido e construído a partir da própria realidade das mulheres do campo, pautado na identidade da luta dos seus movimentos sociais rurais” (CHEHAB; CARVALHO, 2020, p. 158). Isto é, constitui-se em um “feminismo com identidade própria (a camponesa) e de construção coletiva (popular)” (BARBOSA, 2019, p. 202).

Ainda no tópico da extensa contribuição feminina à Via Campesina, é indispensável apontar que o próprio projeto da construção de uma rede transnacional de movimentos sociais do campo surge, justamente, das trocas de experiências de luta e a íntima relação entre as camponesas do *National Farmers Union* (NFU, Canadá) e da *Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos* (UNAG, Nicarágua). Partindo dos laços estabelecidos pelo intercâmbio *NFU-UNAG Woman's Linkage Project*, alinharam-se os conceitos de “solidariedade” e “parceria” entre as duas entidades, tornando-as capazes não só de entender as problemáticas particulares vivenciadas por cada grupo, mas também de reconhecer pontos de convergência entre suas experiências. O resultado desse processo de aprendizado orientou futuramente a abordagem da Via Campesina em seu trabalho internacional de propagação do movimento (DESMARAIS, 2007).

4.2 “Globalizar a luta, globalizar a esperança”: os mecanismos de articulação internacional da Via Campesina

Como já mencionado anteriormente, um dos desafios centrais para a consolidação da Via Campesina é a união e representação da miríade de pautas defendidas por cada organização do movimento. A solução encontrada para contornar tal problemática é justamente o estabelecimento de mecanismos de consulta e coordenação local, a fim de conectar pautas locais às dinâmicas mais amplas de articulação da rede transnacionalmente, sendo as Conferências Internacionais as cúpulas mais altas de decisão.

Nesses espaços, um dos objetivos é o lançamento e ratificação de campanhas coordenadas globalmente em defesa das pautas campesinas. Dentre elas, destacam-se as seguintes agendas permanentes:

- 17 de abril: Dia Internacional da Luta Camponesa (1996), proposta durante a II Conferência de Tlaxcala, México. A data foi escolhida em alusão ao Massacre de

Eldorado de Carajás, ocorrido no estado brasileiro do Pará, o qual vitimou dezenove militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

- Campanha Global por Reforma Agrária e Soberania Alimentar (2000), lançada na III Conferência de Bangalore, Índia. Essa pauta é conduzida pela Via Campesina em parceria com a FIAN Internacional, em defesa de uma reforma agrária integral, capaz de garantir mudanças fundamentais nas políticas do campo, incluindo desde o acesso facilitado ao crédito até à água e sementes. Pela primeira vez, o paradigma de Soberania Alimentar fora formalmente associado ao de Reforma Agrária, pela defesa do uso da terra para a alimentação das comunidades, em detrimento da exportação.
- Campanha Global por Sementes Camponesas, uma Herança dos Povos à Serviço da Humanidade (2002), com lançamento na IV Conferência de Itaiçuba, Brasil (2004). As atividades orientadas pela campanha visam combater as grandes indústrias que monopolizam a criação e distribuição de certas variedades de sementes em detrimento de outras, denunciar a criminalização de camponeses que utilizam sementes crioulas, bem como combater ações internacionais de privatização dos grãos. As mulheres são reconhecidas como atores centrais desse processo, porque delas depende fundamentalmente a proteção e reprodução dessa biodiversidade.
- 10 de setembro: Dia Internacional de Luta contra a OMC (2003), ratificada pela IV Conferência de São Paulo, em 2004. Data escolhida em homenagem a Lee Kyung Hae, militante que se autoimolou durante os protestos ocorridos em paralelo à Conferência Ministerial da OMC, em Cancun. Ao morrer, o camponês segurava placa com os dizeres “a OMC mata os camponeses”.
- Campanha Global pelo Fim da Violência Contra as Mulheres (2008), lançada na V Conferência Internacional de Maputo, África. Reconhece a violência sofrida pelas mulheres do campo, dominadas tanto pelo patriarcado como pelo capitalismo, e responsabiliza todos os membros a tomarem partido contra as desiguais relações estabelecidas entre homens e mulheres no campo.
- Campanha Global pela Declaração de Direitos Camponeses (2008), também lançada em Maputo. O objetivo dessa campanha era garantir a elaboração de uma declaração no marco institucional das Nações Unidas, compreensiva às vulnerabilidades e demandas camponesas. Em 2018, efetivou-se a *United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas* (UNDROP).

Cada uma delas, por sua vez, funciona como guarda-chuva de ações desenvolvidas localmente pelas entidades-membro da Via Campesina, incorporando desde marchas a atividades de formação de base (LVC, 1996; 2021a; 2022; LVC *et al.*, 2018; VIEIRA, 2012). Ensinam Desmarais e Nicholson (2013, p. 8):

Para enfrentar essas forças, a Via Campesina se insere nas crescentes resistências locais que revelam uma capacidade renovada de construir alternativas em todas as frentes. A alimentação, e especialmente a soberania alimentar, é agora o terreno central e comum em torno do qual os movimentos locais lutam contra o capitalismo desenfreado. Essa resistência local no Norte e no Sul está crescendo e assume várias formas: ocupações de terra; impedir que mineradoras e madeireiras entrem em território indígena; impedir a entrada de sementes geneticamente modificadas; criação de bancos locais de sementes, cooperativas locais de alimentos e conselhos municipais de políticas participativas; construção de conexões e iniciativas urbanas e rurais inovadoras; e formar coalizões e alianças locais, nacionais e internacionais com diferentes grupos de base urbana, povos indígenas e organizações camponesas para implementar os princípios de soberania alimentar dos povos. A lista continua (DESMARAIS; NICHOLSON, 2013, p.8, tradução nossa).

Inserido nesse amplo processo de convergência entre pautas do Norte e do Sul Global, é indispensável trazer luz à Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Camponeses, das Camponesas e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (UNDROP). Apesar das severas críticas e questionamentos da Via Campesina à real efetividade do sistema ONU — especialmente destinados à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) —, as demandas pela constituição de uma declaração de direitos humanos própria às populações do campo foram tomadas como essenciais pela Via Campesina, uma vez que forneceria legitimidade, em termos de direito internacional, às lutas camponesas. Considera-se que a UNDROP representou importante ruptura ante à tradicional concepção de direitos humanos, excessivamente fundamentada em concepções ocidentalizadas, liberais e individualistas (SHAWKI, 2014; CLAEYS, 2015).

[...] Eles buscam fortalecer o status jurídico internacional de certas normas de direitos humanos de maneiras significativas que podem desafiar os paradigmas econômicos e as relações de poder existentes. [...] Em suma, o movimento camponês transnacional desafiou o paradigma dos direitos humanos e sua ênfase na individualidade, na liberdade econômica e no Estado como portador de deveres. Também desafiou modelos e paradigmas estabelecidos de desenvolvimento econômico, rural e agrícola (SHAWKI, 2014, p. 15, tradução nossa).

Nesse sentido, boa parte do caráter subversivo da UNDROP reside sobre os artigos dedicados ao Direito à Comida e à Soberania Alimentar (Art. 15), Direito à Terra (Art. 17), Direito às Sementes (Art. 19) e à Diversidade Biológica (Art. 20), bem como aos Direitos

Culturais e aos Saberes Tradicionais (Art. 26)²¹. Isso porque essas temáticas, em particular, antagonizam diretamente os paradigmas da modernidade, sustentáculos do sistema-mundo moderno.

Outro mecanismo de articulação transnacional da Via Campesina é a organização de protestos e/ou *counter-summits* (contra-cúpulas, em tradução livre) em resposta aos encontros “formais” sobre agricultura e alimentação, conduzidos por organizações internacionais. Em relação às manifestações, destaca-se a presença de ativistas de LVC organizados em atos paralelos às Conferências Ministeriais da Organização Mundial do Comércio — tendo como pontos altos Seattle (1999), Cancún (2003) e Hong Kong (2005), e a mais recente sido realizada em Geneva (2022). Ademais, há protestos em oposição aos fóruns da FAO (*World Food Summits*, ou Cimeiras Mundiais da Alimentação), destacando-se aqueles realizados nos anos de 1996, 2002 e 2006, nos quais a Via Campesina apresentou o projeto de soberania alimentar às autoridades presentes, inserindo-o em oposição ao conceito de segurança alimentar largamente utilizado nesses encontros (CHOPLIN, 2013; DESMARAIS; NICHOLSON, 2013).

Acerca dos fóruns de oposição, o termo *counter-summitry* foi cunhado e desenvolvido por David Meek (2015), cujo objeto de análise é a Cúpula dos Povos de 2012, realizada pela Via Campesina no Rio de Janeiro, em paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, popularmente conhecida como Rio+20. Enquanto a Rio+20 celebrava vinte anos da Eco-92, alvo de profundas críticas em decorrência da falta de resultados concretos quanto aos compromissos ambientais firmados durante sua execução, a Cúpula dos Povos propunha a reinvenção do mundo.

As contra-cúpulas são espaços onde os movimentos subalternos exercem legitimidade e agenciamento. Eles comunicam que importantes relações transversais entre os movimentos estão se desenvolvendo e que esse movimento mais amplo em rede é capaz de exercer intervenção direta. Os rituais da diplomacia subalterna ficaram evidentes na Rio+20, quando líderes de vários setoriais nacionais da Via Campesina se reuniram em uma mesa redonda a fim de desenvolver uma resposta comum à economia verde da Rio+20. Os movimentos sociais também exercem legitimidade e agência por meio do processo de desenvolvimento de resoluções que subsidiaram o documento final da contra-cúpula maior (MEEK, 2015, p. 15–16).

No caso da Cúpula dos Povos, o autor assevera que o principal foco de dissidência reside na diferenciação entre a concepção de economia verde das Nações Unidas, pautada na comodificação da natureza e em soluções liberais para problemas causados pelo próprio neoliberalismo, e o contra-conceito de biocivilização da Assembleia dos Povos, em que se

²¹ A Declaração na íntegra pode ser acessada pela Livraria Digital das Nações Unidas, em: <https://digitallibrary.un.org/record/1650694#record-files-collapse-header>. Acesso em: 10 mar. 2023.

propunham o cuidado com o meio-ambiente e a autonomia cultural como alternativas em prol de um novo futuro possível. Como resultado dessa simbologia *alter* na “teatralização política” da contra-cúpula, logra-se êxito na inserção de pautas construídas pelas entidades sociais de base nos polos tradicionais da política internacional, visando influenciá-los (MEEK, 2015).

Além das contra-cúpulas, o estabelecimento de arenas transnacionais de diálogo sobre temas relevantes à comunidade campesina, por meio de alianças com outros movimentos internacionais pré-existentes, são outro mecanismo utilizado pelo “movimento de movimentos”. É o caso do Fórum Niélény por Soberania Alimentar, conduzido desde 2007 pela Via Campesina, *Friends of the Earth International*, Marcha Mundial das Mulheres, Rede das Organizações Camponesas e dos Produtores Agrícolas da África Ocidental (ROPPA), *World Forum of Fish Harvesters and Fish Workers* e *World Forum of Fisher Peoples* (WFFP) (NYÉLÉNI, 2007). Cabe mencionar, também, o Fórum Social Mundial, sobre o qual a Via Campesina possuiu participação direta na concepção, sendo um dos membros do comitê organizador em 2001 (DESMARAIS, 2002). Nesse aspecto, defende Flávia Braga Vieira (2012, p. 74):

Desde os primeiros momentos de articulação do Fórum Social Mundial, a Via Campesina se fez presente. Como os três primeiros Fóruns (2001, 2002 e 2003) foram em Porto Alegre (Brasil), as organizações da Via Campesina da América do Sul jogaram um importante papel. A participação no processo do FSM, segundo alguns dirigentes, foi importante para a consolidação de alianças e parcerias, mas também para ampliar a própria pauta reivindicativa da Via.

Para além das cúpulas transnacionais, é indispensável mencionar a importância da formação local, tendo como principais ferramentas as escolas e processos de treinamento agroecológico promovido pela Via Campesina, em todas as suas regiões de articulação. Atualmente, o movimento conta com mais de setenta núcleos de difusão de conhecimento, sendo os Institutos Agroecológicos Latino-Americanos (IALAs), conduzidos pela Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina), considerados exemplares (LVC, 2021a).

O capítulo seguinte apresentará brevemente a CLOC-Via Campesina, enquanto setorial indispensável para a articulação transnacional do movimento camponês no subcontinente América Latina, além de destacar as principais formas de *re-existências* empreendidas. Como referências fundamentais dessa análise, utilizar-se-ão as Declarações de Conferência da CLOC e os Relatórios Anuais elaborados pela Via Campesina, referentes aos anos compreendidos de 2013 a 2021.

5 A ATUAÇÃO REGIONAL DA VIA CAMPESINA E A COORDENADORA LATINO-AMERICANA DE ORGANIZAÇÕES DO CAMPO

Resultante das articulações dos anos de 1989 e 1992 sob o signo da campanha “500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular”, levadas a cabo pelos movimentos sociais latino-americanos em alusão aos quinhentos anos da chegada de Cristóvão Colombo à América, a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo consagrou-se como importante ator da arena internacional para a convergência popular na região, oficialmente consolidada em 1994 (VIEIRA, 2012). Desde seu surgimento, a CLOC esteve intimamente ligada à Via Campesina, não somente por ocupar posição de representante direta do movimento no subcontinente, mas também por ser pivô de sua consolidação desde Mons, em 1993. Apresentam-se da seguinte maneira as entidades de base organizadas sob a Coordenadora:

Ao presente, contamos com 84 organizações em 18 países da América Latina e do Caribe, as quais constituem uma força social e mobilizadora presente em todos os espaços que oferecem propostas, alternativas e ações a nível de nosso continente. As organizações membros da CLOC-LVC estão comprometidas com nosso caráter anticapitalista, anti-neoliberal e anti-imperialista, na construção de movimentos de massas e de luta, em solidariedade permanente e apoio à Revolução Cubana e aos processos populares que avançam no continente; assim como o compromisso com o debate permanente que nos leva a construir as bases teóricas e programáticas desde as organizações do campo para a construção de um projeto socialista no continente americano (CLOC, 2020, tradução nossa).

São parte da agenda permanente de luta da CLOC-Via Campesina, em consonância às pautas globalmente compartilhadas: a defesa da soberania alimentar, da agroecologia e da reforma agrária frente às ações predatórias das grandes corporações transnacionais, aos modelos extrativistas de produção, ao patriarcado e à liberalização do comércio internacional. Já acerca das pautas particulares à região latino-americana, ressaltam-se: o constante apoio à Revolução Cubana e o rechaço ao bloqueio sofrido pelo país; o repúdio à militarização no campo e ao consequente recrudescimento da repressão aos defensores da justiça fundiária; a posição prestigiada do movimento indígena e a especial defesa ao *buen vivir* (CLOC, 1997; 2001; 2005; 2010; 2015; 2019).

Quanto a este último, é válida atenção especial. Uma vez reconhecida a ampla diversidade cultural arraigada à *Latinoamérica*, assim como o expressivo papel das comunidades indígenas na defesa dos territórios e seus bens comuns, o conceito de *sumak kawsay* (ou bem-viver) torna-se fundamental ao léxico e à práxis da Via Campesina na região. O V Congresso da CLOC reverberou mais explicitamente a forte relação do movimento com a conceituação, destacando a necessidade de se defender o planeta, a agricultura campesina e a

dignidade e o bem-viver dos povos (CLOC, 2010). Acerca da temática do *buen vivir*²², Fernando Huanacuni Mamani (2010, p. 31–32, tradução nossa), pensador aimara boliviano, assevera:

O paradigma do desenvolvimento consumista produziu o desequilíbrio da vida [...] Durante os últimos anos, foi dado um processo de busca de alternativas para esta crise. Existe a necessidade de retornar a uma vida mais natural e aos valores e princípios ancestrais, especialmente nos países industrializados. Mas para eles isso é um pouco mais difícil porque foram os que mais se afanaram para acabar com suas culturas originárias e exterminar todos os rasgos ancestrais que puderam ter sobrevivido à arremetida da “modernidade”. Por outro lado, nos países chamados de “terceiro mundo”, as práticas sociais relacionadas com o mundo ancestral, as visões e alternativas civilizatórias distintas à “ocidental”, fazem parte da cotidianidade. [...] Isso se dá de maneira ainda mais contundente na região andina, que é berço de uma das civilizações mais importantes e antigas do planeta. A visão de que tudo vive e está conectado, o princípio comunitário, a reciprocidade e muitos outros princípios se mantêm e hoje está sendo referência ao mundo todo para encontrar um novo paradigma para Viver Bem.

Os Estados Plurinacionais da Bolívia e Equador são os casos mais nítidos da incorporação do *buen vivir* à política institucional, cujo êxito logrado no amplo reconhecimento às nações formadoras de cada país lhes singulariza no rol de governos progressistas na América Latina. Como já oportunamente mencionado na subseção 3.3 deste trabalho, a ascensão de governos de esquerda ao longo do século XXI na região se deveu sobremaneira ao apoio e à influência dos movimentos sociais nas campanhas por sua consolidação. Entretanto, apesar de defenderem pautas compreensivas às demandas dessas entidades de base, promoveram e aprofundaram as dinâmicas exploratórias neoliberais da região, conformando o chamado neoextrativismo (GUDYNAS, 2009; SVAMPA, 2016; 2017; 2019).

Nas Declarações de Conferência da CLOC, ainda que se faça referência ao acirramento do extrativismo predatório na região, pouco se menciona sobre a influência desses governos nesse processo. Assim, ao mesmo tempo em que se observam declarações de apoio e solidariedade aos Estados progressistas da América Latina, há também críticas ao retrocesso

²² Caro aos teóricos decoloniais, o conceito de *buen vivir* é assim entendido por Mignolo (2007), em reflexão sobre as contribuições apresentadas por Waman Poma de Ayala no século XVII: “O ritmo das estações, a convivência no e com o mundo natural: sol, lua, terra, fertilidade, água, *runas* (seres vivos que no Ocidente são descritos como “seres humanos”) coexistem na harmonia do “bem viver”. Essa harmonia é significativa, no início do século XVII, quando a formação do capitalismo já mostrava desprezo pelas vidas humanas descartáveis (indígenas e negros, principalmente), submetidas à exploração do trabalho, expropriadas de sua casa (a terra onde foram), e a sua residência transformada em terreno como propriedade individual. Numa época em que os europeus, em seus projetos econômicos, não contemplavam a harmonia da vida nem o movimento das estações, mas concentravam todos os seus esforços no aumento da produção (ouro, prata, café, açúcar etc.), morresse quem morresse” (MIGNOLO, 2007, p. 38, tradução nossa).

das garantias de direitos aos camponeses, em face da concentração fundiária e da usurpação de territórios.

A América Latina sofre com altos níveis de desigualdade e concentração fundiária. É o resultado de processos históricos desde a invasão colonial e a constituição de dois estados nacionais, várias décadas de neoliberalismo e processos de contrarreforma agrária que provocaram concentração e reconcentração de terras. Nos últimos anos, houve um novo fenômeno de gestão da terra por parte do estado, do agronegócio transnacional e das empresas financeiras transnacionais. A Grilagem de terras viola os direitos humanos, porque rouba das comunidades rurais suas chances de se alimentarem agora e no futuro. Reafirmamos a luta pela Reforma Agrária Integral e pela Soberania Alimentar como pilares centrais do nosso projeto de futuro. *Reconhecemos avanços como os alcançados na Bolívia*, onde a propriedade coletiva das comunidades rurais e indígenas é legalmente reconhecida e limita a concentração de terras. *No entanto, vemos que, em termos gerais, o respeito ao direito à terra e ao território na América Latina retrocedeu* (CLOC, 2010, tradução e grifos nossos).

Nesse sentido, quando a América Latina vivencia um período de ascensão da extrema-direita e a consequente agudização das problemáticas do campo, fortalece-se a defesa dos antigos projetos progressistas e são denunciados os “populismos de direita” (LVC, 2017; 2018; CLOC, 2019).

Em um contexto caracterizado pelo acirramento da disputa geopolítica e uma ofensiva imperialista atacando governos progressistas e criminalizando movimentos populares, promovendo golpes de estado e desacreditando lideranças de massa com mecanismos coordenados dos setores militar, judiciário e grandes meios de comunicação, violando os sistemas democráticos e humanos direitos. [...] Este é o quadro das novas guerras de opressão e conspiração contra os governos dos povos, particularmente contra Cuba, Nicarágua, Bolívia e Venezuela, a prisão de Lula, a perseguição de Cristina Fernandez de Kirchner, entre outros. Declaramos nossa solidariedade ao povo venezuelano e aos povos em luta (CLOC, 2019, tradução nossa).

Até que se alcance esse ápice de retrocessos, são priorizadas as denúncias às grandes corporações transnacionais e as organizações internacionais mantenedoras do livre-comércio, sem fazer menção aos governos vigentes. De toda forma, enquanto se estabelece o paradigma neoextrativista na América Latina do século XXI, os Relatórios Anuais produzidos pela Via Campesina entre os anos de 2013 e 2021 demonstram que os mecanismos de articulação da LVC se mantiveram constantes, independentemente das mudanças dos governos no subcontinente, sendo essas informações sistematizadas nos Quadros 3, 4, 5 e 6 adiante.

Para a elaboração deles, revisaram-se os nove Relatórios disponíveis para consulta pública no site oficial da Via, buscando correspondências às estratégias de atuação específicas na América Latina. Na primeira coluna, encontram-se os Coletivos Temáticos de Trabalho da

Via Campesina²³, sob os quais se organizam as estratégias de ação do movimento transnacional. Na segunda coluna, identificam-se os anos dos Relatórios onde se encontram referências à América Latina. Já na última coluna, evidenciam-se as práticas da Via no contexto definido, cujos critérios de seleção foram a execução local e/ou influência da região na operacionalização de campanhas e outras iniciativas. Nos casos em que há pouca correspondência — por exemplo, em anos quando determinadas temáticas não apresentam ações vinculadas à América Latina — não implicam, necessariamente, que não houveram tais atividades, mas sim que a Via Campesina não as elencou como destaques naquele intervalo de tempo. Ademais, pela extensão dos dados coletados, optou-se por distribuir as informações em quatro quadros, sendo o primeiro deles exclusivos aos Coletivos Temáticos de Corporações Transnacionais e de Agronegócio e Direitos Camponeses.

Quadro 3 — Síntese das práticas da Via Campesina pelos eixos temáticos Corporações Transnacionais e Agronegócio e Direitos Camponeses, entre os anos de 2013 e 2021.

Coletivos Temáticos de Trabalho	Ano	Práticas
Corporações Transnacionais e Agronegócio	2013	Vitória na adoção de lei que regula o uso de pesticidas e fertilizantes na agricultura, em El Salvador
		<i>1st Ministerial Meeting of the Latin American States Affected by Transnational Interests</i> , em Guayaquil, Equador.
	2014	O <i>International Action Day for Food Sovereignty and against TNCs</i> contou com o engajamento dos movimentos em República Dominicana, Uruguai, El Salvador, Porto Rico e Chile.
	2016	Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI) organizou um Tribunal Ético para denunciar as ações de grandes mineradoras, no Chile.
	2017	No marco do <i>UN Human Rights Council for a Legally Binding Treaty on TCNs</i> , o MAB (Brasil) elaborou documento apontando a necessidade de delimitar direitos aos afetados por essas corporações e o apresentou na VII Conferência Internacional da Via.
O MAB organizou protestos em homenagem às vítimas		

²³ São oito os Coletivos Internacionais Temáticos da LVC, a saber: Agroecologia, Sementes e Biodiversidade; Terra, Água e Territórios; Direitos Camponeses; Justiça Climática; Direitos de Trabalhadores Migrantes; Políticas Públicas; Resistência à Corporações Transnacionais e ao Agronegócio; e o Coletivo contra à OMC e Tratados de Livre Comércio (LVC, 2022).

		da tragédia de Mariana, denunciando a impunidade das corporações envolvidas no rompimento da barragem, no Brasil.
	2018	Aproximadamente 350 militantes ocuparam as instalações da Coca-Cola em Brasília, Brasil, em defesa da água.
Direitos Camponeses	2013	Bolívia conduz o <i>Open Ended Intergovernmental Working Group</i> , visando negociar, finalizar e submeter o rascunho de uma Declaração de Direitos Camponeses nas Nações Unidas.
		Audiência com Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA)
		Mapeamento de conflitos fundiários, como recomendação da Conferência de Jakarta
		Monitoramento do processo eleitoral de Honduras, enquanto observadores internacionais.
	2014	Movimentos pressionam os governos de Paraguai, Peru, Colômbia, Honduras, Guatemala, Brasil e Argentina, em denúncia às graves violações de direitos.
		Pressão junto a governos nacionais em favor da UNDROP, especialmente Brasil, Bolívia, Argentina, Equador e Venezuela.
	2015	Rascunho da Declaração de Direitos Camponeses é apresentado às Nações Unidas pela delegação boliviana. Nicarágua e Argentina fizeram campanha em favor da UNDROP em Geneva.
		Treinamento de lideranças camponesas da América Central, organizado pela <i>Asociación de Trabajadores del Campo</i> (ATC) na Nicarágua.
		Campanhas de solidariedade a camponeses submetidos à violação de direitos, no Brasil, Colômbia, Honduras e Argentina.
	2016	Conferência Internacional sobre Direitos Humanos, promovida pelo MST no Brasil.
CLOC-LVC promoveram a Missão Internacional de Solidariedade na Colômbia, objetivando fortalecer o processo de assinatura do Acordo de Paz.		
2018	Condenação do assassinato de Márcio Matos, militante do MST, no Brasil. Esse caso emblemático — acompanhado de outros episódios na Espanha, Índia e América Central — motivaram o ICC da Via Campesina a iniciar a construção de mecanismos de resposta rápida	

		para a proteção dos camponeses.
	2020	Missão de Solidariedade à Venezuela, para avaliar os impactos do embargo econômico dos Estados Unidos e Europa contra o país.
	2021	O contato com o governo boliviano foi retomado, a fim de tratar das questões relativas à implementação da UNDROP.

Fonte: Elaboração própria, com base nos *Annual Reports* da Via Campesina referentes aos anos de 2013 a 2021 (LVC, 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020; 2021; 2022).

Ao se analisar as informações sintetizadas acima, evidenciam-se como modos de articulação em níveis global e local da Via Campesina na América Latina a larga promoção de fóruns alternativos, protestos e manifestações focalizadas, bem como o envio de missões de solidariedade a países em acentuadas crises. Cada uma dessas ferramentas de ativismo, à sua maneira, objetivava exercer pressão sobre empresas transnacionais (caso da Coca-Cola, no Brasil) e governos nacionais (Paraguai, Peru, Colômbia, Honduras, Guatemala, Brasil e Argentina, no ano de 2014). Em particular, ressalta-se a constante proximidade da LVC com a Bolívia e Colômbia, respectivamente, com vistas a: (i) facilitar as negociações em prol da Declaração de Direitos Camponeses (UNDROP), intermediada pela delegação boliviana nas Nações Unidas; e (ii) auxiliar no processo de construção do Acordo de Paz colombiano, estando a Via Campesina na qualidade de observador internacional, dedicado a acompanhar a implementação do acordo e enfatizando a necessidade de se assegurar os direitos camponeses.

Quanto aos Coletivos Temáticos de Trabalho de Justiça Climática, Trabalhadores Migrantes, Políticas Públicas e Oposição à OMC e aos Tratados de Livre Comércio, é possível organizar as informações coletadas da seguinte forma:

Quadro 4 — Síntese das práticas da Via Campesina pelos eixos temáticos Justiça Climática, Trabalhadores Migrantes, Políticas Públicas e Oposição à OMC e aos Tratados de Livre Comércio, entre os anos de 2013 e 2021.

Coletivos Temáticos de Trabalho	Ano	Práticas
Justiça Climática	2018	Na Nicarágua, promoveu-se evento para debater estratégias de resiliência às mudanças climáticas, com base em agroecologia e soberania alimentar. Nessa oportunidade, a queda de governos progressistas democraticamente eleitos entrou em pauta.

Trabalhadores Migrantes	2015	Seminário Nacional de Trabalhadores Rurais, organizado pelo MST, no Brasil.
	2017	Intercâmbio e protestos organizados pelo <i>Border Agricultural Farm Workers Project (BAWP)</i> , na fronteira entre os Estados Unidos e o México.
Políticas Públicas	2016	Em Honduras, foi promovida a Marcha por Soberania Alimentar, na sede dos poderes executivo e legislativo, exigindo respostas aos assassinatos de Margarita Murillo e Bérta Cáceres. Exigiam também a aprovação da Lei de Reforma Agrária Integral, com Igualdade de Gênero, apresentada ao congresso nacional em 2014.
Oposição à OMC e aos Tratados de Livre Comércio	2018	#17April — Mobilizações locais e ações contra o acordo bilateral Mercosul-União Europeia.
		Frente de oposição ao acordo “Novo NAFTA”, entre o México, Estados Unidos e Canadá.
	2019	Mobilizações contra o <i>United States, Mexico and Canada Agreement (USMCA)</i> , que coloca em risco as pequenas cooperativas de laticínio, os trabalhadores assalariados do campo e imigrantes.

Fonte: Elaboração própria, com base nos *Annual Reports* da Via Campesina referentes aos anos de 2013 a 2021 (LVC, 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020; 2021; 2022).

Nesses eixos temáticos, à semelhança do Coletivo de Direitos Camponeses, é perceptível a maior proximidade da Via Campesina aos governos locais, uma vez reconhecida a responsabilidade desses atores na concessão das demandas sociais e políticas supracitadas. Outra informação válida de se salientar é a frequência das referências feitas ao México e aos Estados Unidos, principais envolvidos não somente com a temática das migrações forçadas, mas também com a implementação do *United States, Mexico and Canada Agreement (USMCA)*, cujo potencial de “aprofundar o lucro corporativo, agravar a situação de trabalhadores rurais, enfraquecer as salvaguardas contra a volatilidade de preços e abastecimento, bem como promover dumpings” (LVC, 2020, p. 25, tradução nossa) é incisivamente denunciada.

Digna de especial atenção, em razão da expressiva quantidade de correspondências encontradas em referência à América Latina nos Relatórios Anuais da Via Campesina, a seguir, encontram-se sistematizados os dados sobre o Coletivo de Agroecologia, Sementes e Biodiversidade. Como principal forma de articulação da LVC, evidencia-se o trabalho de formação de base, melhor conduzido pelos Institutos Latino-Americanos de Agroecologia.

Quadro 5 — Síntese das práticas da Via Campesina pelo eixo temático Agroecologia, Sementes e Biodiversidade, entre os anos de 2013 e 2021.

Coletivos Temáticos Internacionais	Ano	Práticas
Agroecologia, Sementes e Biodiversidade	2013	Estabelecimento de novas escolas de agroecologia camponesa em: Colômbia, Nicarágua, Guatemala e Chile
		IV Encontro Internacional do Movimento Agroecológico “Campesino a Campesino” em: Cuba
		Encontro das mulheres da <i>Coordinadora Nacional Indígena y Campesina</i> (CONIC), na Guatemala.
		Seminário sobre sementes, promovido pela <i>Coordinadora Nacional de Organización de Mujeres Trabajadoras, Rurales e Indígenas</i> (CONAMURI), no Paraguai.
		Lançamento do “Plano Nacional para Sementes Locais”, do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA, Brasil).
		Cooperação entre MPA e União Nacional de Camponeses (UNAC, Moçambique).
		Mobilização contra a proposta de legislação sobre sementes, no Chile.
		Vitória judicial contra a Monsanto, no Brasil.
		Greve de fome promovida pela <i>Unión Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autónomas</i> (UNORCA) contra a entrada de transgênicos, no México.
	2014	CLOC-Via Campesina promoveu treinamento sobre Agroecologia e Soberania Alimentar para a juventude de Honduras.
		Fundação do Instituto Agroecológico para Mulheres Rurais (IALA), no Chile.
		13ª Campanha em Suporte à Agroecologia, lançada pela Via Campesina Brasil.
		Lutas contra legislações que limitam o acesso dos camponeses às sementes, na República Dominicana e Chile. No Chile, foram exitosos.
		Vitória sobre a chamada “ <i>Ley Monsanto</i> ” sobre sementes, em Guatemala.
		Ação Civil Pública para barrar a comercialização das sementes de milho transgênico <i>Liberty Link</i> (Bayer) recebe resultado favorável no TRF4, Brasil.

		Mouvement Paysan Papaye promove seminário no Haiti.
		CLOC-LVC organizaram feira de sementes durante o <i>International Meeting of La Via Campesina's Seeds Campaign</i> , na Nicarágua.
2015		5º Encontro Internacional de Agroecologia, Agricultura Sustentável e Cooperativas; Treinamentos na Metodologia de Educação Campesino a Campesino, em Cuba.
2016		O México ofereceu cursos-curtos sobre agroecologia, com parceria de Universidades.
		Intercâmbio sobre agroecologia e treinamento Campesino a Campesino, organizado pela Via Campesina Cuba.
		Entra em vigor na Venezuela uma das legislações mais progressivas sobre sementes, apresentada por organizações-membro da Via Campesina em dezembro do ano anterior.
2017		Encontro continental das Escolas de Agroecologia, no Brasil.
		Movimento dos Pequenos Agricultores (Brasil) e <i>Korean Women Peasant Association (KWPA)</i> lançam juntos a campanha “ <i>Adopt a Seed</i> ”, globalmente pela Via Campesina.
2018		MPA recebeu a primeira edição do <i>Global Exchange of Peasant Seed Saving System</i> , no Brasil.
2019		VII Encontro sobre Agroecologia, Agricultura Sustentável e Cooperativismo, com foco na metodologia “Campesino a Campesino”, em Cuba.
2021		CLOC-Via Campesina organizou três treinamentos para discutir a digitalização da agricultura e a desmaterialização, assim como o papel da UNDROP na promoção da agroecologia.
		No Brasil, o MST doou mais de cem toneladas de alimentos para comunidades pobres de todo o país.

Fonte: Elaboração própria, com base nos *Annual Reports* da Via Campesina referentes aos anos de 2013 a 2021 (LVC, 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020; 2021; 2022).

Apesar da indiscutível importância dos encontros internacionais e manifestações locais em prol da agroecologia como alternativa de produção e consumo no campo, é indispensável apresentar os Institutos Agroecológicos Latino-Americanos (IALAs) como metodologia central para a articulação da Via Campesina na América Latina. A partir do pressuposto da

indissociabilidade entre território-sujeitos-educação-agroecologia, os IALAs visam consolidar a agroecologia como caminho para a soberania alimentar, sendo esta responsável pela emancipação humana das comunidades camponesas. Nesse sentido, busca-se reterritorializar o processo educativo, numa abordagem particular à realidade sociocultural e política do campo, cujas bases se assentam sobre a Educação do Campo e a Pedagogia Camponesa Agroecológica. Para Barbosa e Rosset (2017, p. 716), acerca da construção dessa pedagogia campesina, entende-se:

As abordagens pedagógicas [Pedagogia do Movimento, Pedagogia da Milpa e Pedagogia do Exemplo] são intrínsecas à Pedagogia Camponesa Agroecológica e apresentam as três epistemes ou visões típicas do mundo rural que convivem na LVC/CLOC — a proletária, a indígena e a camponesa —, as quais participam em um grande Diálogo de Saberes: cada uma aporta de maneira significativa a uma agroecologia diferente, de caráter político e com uma *práxis* pedagógica para a formação agroecológica e campesina emergente.

Quanto à formação política agroecológica, os Institutos Agroecológicos Latino-Americanos (IALAs) são também fundamentais, tendo como princípios o internacionalismo, trabalho, *práxis* e organização. Atualmente, os IALAs em funcionamento são: Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no Paraná, Brasil; Instituto Universitário Latinoamericano de Agroecologia “Paulo Freire” (IALA Paulo Freire), em Barinas, Venezuela; Instituto Agroecológico Latino-Americano Guaraní, no Paraguai; Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA — Amazônico), no Pará, Brasil. Ademais, conta-se também com a *Universidad Campesina* “SURI” (UNICAMP-SURI), localizada na Argentina, bem como a *Escuela Nacional de Agroecología* do Equador (LVC, 2015).

Especificamente tratando da Pedagogia do Exemplo²⁴, a metodologia “*Campesino a Campesino*” é largamente utilizada pelos militantes da CLOC, estando presente em várias formações em agroecologia. A *Asociación Nacional de Agricultores Pequeños* (ANAP), de Cuba, é referência internacional desse processo, ao qual a Via Campesina reconhece como “a

²⁴ “No caso das organizações camponesas, observamos uma *práxis* agroecológica ou de transformação agroecológica articulada pela pedagogia do exemplo, *práxis* pedagógica própria do chamado Método de Camponês a Camponês (CaC) (MACHÍN et al., 2012). O fundamento epistêmico dessa perspectiva dialoga com a tradição do pensamento pedagógico latino-americano, inspirador de concepções de educação, de pedagogia, de sujeitos educativos e de projeto educativo para um porvir revolucionário. As revoluções cubana e nicaraguense são reconhecidas por muitas dessas organizações pela recuperação do trabalho como princípio educativo (CASTRO, 1974), e pelo debate teórico-político da pedagogia do exemplo de Che Guevara (GUEVARA, 2004). (...) Na pedagogia do exemplo, a visita de intercâmbio é a atividade principal: as famílias anfitriãs são as responsáveis pela transmissão do conhecimento da experiência visitada e de sua mediação pedagógica, e as aulas se dão em seus lotes (HOLT GIMÉNEZ, 2008; MACHÍN et al., 2012). Quando essas organizações constroem “escolas camponesas de agroecologia”, não se trata de escolas que oferecem “anos escolares” ou estão direcionadas à juventude per se; são espaços nos quais camponesas e camponeses compartilham conhecimento, durante períodos relativamente curtos, com outras camponesas e camponeses (MCCUNE, REARDON & ROSSET, 2014)” (BARBOSA; ROSSET, 2017, p. 714).

melhor forma de camponeses e agricultores familiares desenvolverem e compartilharem suas próprias tecnologias de produção e sistemas agroecológicos” (LA VIA CAMPESINA, 2013b, p. 12), posto que priorizam a transmissão horizontal de saberes entre famílias do campo, ao invés da verticalidade verificada quando um “técnico” ensina as comunidades rurais. Por esse valor reconhecido e respeitado pelas organizações de base, a expressão “*Campesino a Campesino*” (ou *From-Farmer-to-Farmer*) possui uma quantidade considerável de correspondências nos materiais produzidos pela Via Campesina e, neste caso em especial, em seus Relatórios Anuais.

Por fim, em se tratando do Coletivo de Trabalho Terra, Água e Territórios, no Quadro 6 encontra-se a sintetização das atividades desenvolvidas na América Latina entre 2013 e 2021. Enquanto pauta basilar desse eixo temático na região, a reforma agrária é recorrentemente defendida nas ações regionais da Via Campesina, sendo a Conferência Internacional por Reforma Agrária, em Marabá (PA), Brasil, evento emblemático no período analisado.

Quadro 6 — Síntese das práticas da Via Campesina pelo eixo temático Terra, Água e Territórios, entre os anos de 2013 e 2021

Terra, Água e Territórios	2014	Pressão nacional por Reforma Agrária — composta por marchas, seminários e fóruns de discussão — em Brasil, Bolívia, Argentina, Equador e Venezuela.
	2015	Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) entra em campanha para denunciar o desastre de Samarco, responsabilizando a Vale e buscando reparação para as vítimas, no Brasil.
	2016	Conferência Internacional por Reforma Agrária, em Marabá (PA), Brasil.
	2017	Envio de uma Missão de Verificação do Acordo de Paz na Colômbia, propondo que o documento seja compreensivo quanto à governança florestal, pesqueira e agrícola, a fim de que as causas do conflito fossem sanadas, promovendo uma verdadeira paz.
	2018	O MST promoveu o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA) recebendo diversas delegações latino-americanas em Brasília, Brasil.
		1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, promovido pelo MST, no Brasil.
2019	Declarações de solidariedade emitidas pela LVC aos países latino-americanos: Colômbia, Venezuela, Bolívia, Equador, Chile e Brasil.	

	2020	Brasil e Paraguai lançam propostas Emergenciais de Reforma Agrária. Via Campesina aproveita o momento para engajar discussões sobre o tópico, globalmente.
--	------	--

Fonte: Elaboração própria, com base nos *Annual Reports* da Via Campesina referentes aos anos de 2013 a 2021 (LVC, 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020; 2021; 2022).

Ao se trazer luz aos fóruns internacionais como importantes mecanismos de articulação transnacional da Via Campesina na América Latina, a Conferência Internacional por Reforma Agrária demonstra ser modelo ímpar. Carregada de fortes simbologias, a Conferência foi sediada em Marabá (Pará, Brasil), entre os dias 13 e 17 de abril de 2016, em alusão aos vinte anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido na mesma região, em 17 de abril de 1996. Naquela oportunidade, reuniram-se mais de cento e trinta representantes da LVC e seus aliados, advindos de quatro continentes, dez regiões e vinte e oito países. O resultado desse processo foi a formulação da Declaração de Marabá, por meio da qual se renovaram os compromissos das entidades envolvidas com a justiça fundiária, além de defender a soberania alimentar como viés indissociável da luta pela reforma agrária popular (LA VIA CAMPESINA *et. al*, 2018).

Na seção “*A situação atual: A ofensiva do Capital contra nossos territórios em todo o mundo e os ataques à democracia*” da Declaração, são identificadas as formas de expropriação comuns à América Latina, América do Norte, África, Ásia e Europa, onde se observa a associação entre o capital e governos, independentemente de sua ideologia orientadora; bem como fazendo referência aos (bem-sucedidos ou não) golpes de estado promovidos:

No atual período histórico, assistimos ao surgimento de *uma aliança entre o capital financeiro, as empresas transnacionais, o imperialismo, amplos setores dos Estados nacionais (quase sem levar em conta sua pretensa ideologia)*, particularmente, mas não apenas, as instituições judiciais e de segurança pública, a setores da agricultura industrial, pesca e alimentos (incluindo agronegócio e aquicultura), mineração, construção, silvicultura e outros setores extrativos, e a grande mídia. Os membros desta nova aliança estão promovendo uma avalanche de privatizações [...] estão usando a financeirização para converter tudo em commodities, [...] Essa aliança tornou-se a principal força por trás de *uma onda de tentativas de golpe de Estado, muitas das quais estão ocorrendo agora mesmo*. Esses golpes variam de “suave”, “técnico”, golpes “parlamentares” e “judiciais”, aos mais violentos golpes militares, todos eles desrespeitam a lei, as constituições e a vontade popular. (LA VIA CAMPESINA *et al.*, 2018, p.88, tradução e grifos nossos).

Em seguida, no tópico “*Por quê lutamos contra o agronegócio*”, destaca-se que essas alianças têm resultado na utilização, em sobremaneira, das grandes propriedades rurais – antes improdutivas – em grandes empreendimentos do agronegócio.

A emergência dessa nova aliança entre o capital financeiro, o agronegócio, o Estado e os meios de comunicação de massa – e sua capacidade de disputar territórios, a opinião pública e o Estado, *mesmo onde o governo é “progressista”* – nos obrigou a realizar mais uma vez um processo de reflexão e reformulação de nossos conceitos e propostas, bem como de nossas estratégias, formas e práticas de luta.

Aqui no Brasil, vimos como o capital financeiro transformou o velho inimigo dos camponeses e trabalhadores sem-terra – os latifúndios ou latifúndios improdutivos – em agronegócios capitalizados, minas, pesca industrial e aquicultura e projetos energéticos. Na realidade, *todos esses setores ditos “produtivos” estão, em sua maioria, “produzindo” pobreza extrema e devastação ambiental* (LA VÍA CAMPESINA *et al.*, 2018, p. 88-89, tradução e grifo nossos).

Ao utilizar o Brasil como caso simbólico desse processo de vinculação entre Estado e capital transnacional, a Declaração evidencia, ainda que indiretamente, o processo neoextrativista em curso na América Latina. Por meio dessa argumentação, evidenciam como as promessas de progresso e desenvolvimento econômico, por parte de governos progressistas, acabam por produzir, na realidade, a pauperização das comunidades e a destruição do meio-ambiente. Entretanto, é válido destacar que a incidência das críticas recai, em sobremaneira, aos governos de extrema-direita, ascendentes durante o período de realização da Conferência de Marabá. Como resposta a esse novo contexto, propõe-se, em associação à soberania alimentar e agroecologia, a Reforma Agrária Popular. Afirmam na seção *“O que defendemos e conclamamos: Reforma Agrária e Popular”*:

Nesse sentido, consideramos a proposta de nossos camaradas brasileiros por uma Reforma Agrária Popular, uma reforma agrária não só para os sem-terra, mas para todas as classes trabalhadoras e para toda a sociedade. Essa abordagem agroecológica e territorial da reforma agrária só pode ser conquistada por meio da luta de classes e do enfrentamento direto do projeto do Capital, incluindo seus lucros, meios de comunicação e seus agentes nacionais e internacionais. Esta é uma reforma agrária para maximizar o potencial da agricultura camponesa, da economia e do território (LA VÍA CAMPESINA *et al.*, 2018, p. 90, tradução nossa).

Com esse propósito, a Via Campesina ressalta os avanços já conquistados ao redor do mundo, especialmente em se tratando da educação agroecológica e a retomada de territórios. A metodologia cubana “campesino a campesino” é elogiada, assim como a brasileira “Educação do e para o Campo”. Por fim, apontando a estratégias futuras, a Declaração identifica vinte e um obstáculos a serem superados por suas organizações de base, na seção “Nossos desafios”. Dentre eles, destacam-se:

Transformaremos a luta pela terra em luta pelo território, desenvolvendo um novo modelo produtivo de soberania alimentar, baseado em uma agroecologia mais “autônoma”, utilizando recursos e insumos locais próprios e resgatando nossos saberes ancestrais. [...]
Desenvolveremos uma análise do papel desempenhado pelo narcotráfico na desestabilização de nossos territórios com a cumplicidade do capital e dos governos, bem como uma estratégia para combater esse problema de forma mais eficaz.
Abordaremos a concentração empresarial em diferentes setores da economia, com destaque para a agroindústria, pesca e alimentação, mídia e sistemas financeiros, bem como os ataques frontais à democracia.
Criaremos formas de luta que gerem prejuízos econômicos para o capital, as transnacionais, os bancos e outros agentes do capital. [...]

Opor-nos-emos à ascensão do fundamentalismo religioso conservador e de direita, do racismo e da discriminação cultural. Lutaremos contra a nova onda de leis e tratados neoliberais de privatização.

Repensaremos a relação entre os nossos movimentos populares, o Estado, os partidos políticos e os processos eleitorais, tendo em conta a história e o contexto específico de cada país, e combateremos o enfraquecimento generalizado dos mecanismos internacionais e nacionais de direitos humanos (LA VÍA CAMPESINA *et al.*, 2018, p. 90-91, tradução nossa).

Nesses tópicos, especificamente, apresentam-se as permanentes bandeiras de reivindicação da Via Campesina, isto é, a promoção da soberania alimentar e da agroecologia como indispensáveis ao processo de defesa dos territórios, bens comuns e comunidades rurais; além de inserir as novas contingências conjunturais observadas pelos movimentos em luta. São elas: a cumplicidade do Estado e a necessidade de se repensar a relação estabelecida entre governos e entidades de base, especialmente em se tratando da ascensão do narcotráfico, do fundamentalismo religioso e da extrema-direita. Também, a defesa da democracia e a proteção aos direitos humanos é reforçada. Assim, a Declaração se encerra com os votos de defesa à vida em si, em resistência incessante por meio da luta “pelo direito dos povos à terra e ao território, pela promoção da soberania alimentar e produção agroecológica, para pôr fim à fome e à pobreza” (LA VÍA CAMPESINA *et al.*, 2018, p. 92, tradução nossa).

Esse processo de rearticulação e reformulação das *re-existências*, em resposta às próprias atualizações das formas de dominação do sistema-mundo moderno e da matriz moderna/colonial de poder, é descrito por Catherine Walsh (2018, p.45, tradução nossa). A autora, assim, defende:

A dinâmica visível da acumulação global do capital – incluindo máfias de drogas, projetos megatransnacionais (por exemplo, energia e turismo), extrativismo, contaminação da água e da terra, desterritorialização, violência e morte – é o que mais frequentemente impulsiona, organiza e orienta comunidades e lutas baseadas em movimentos, lutas que são pela vida e por uma ordem social radicalmente diferente. Embora essas lutas nem sempre sejam rotuladas por seus participantes como decoloniais (nem necessariamente enquadradas pelo conceito de decolonialidade), elas podem ser entendidas como tal por causa de suas práxis proposicionais e prospectivas em direção a um modelo diferente.

Em suma, entende-se que tanto a proposta da Educação do Campo, alicerçada na Pedagogia Camponesa Agroecológica e na metodologia Campesino a Campesino, quanto a estruturação de fóruns transnacionais antissistêmicas podem ser lidos pela lente decolonial. Isso porque representam “o trabalho contínuo de se plantar e crescer uma alternativa, apesar de e nas bordas, margens e rupturas da ordem moderna/colonial/capitalista/heteropatriarcal” (WALSH, 2018, p. 101, tradução e grifos nossos), sendo essas alternativas derivadas, portanto, das sabedorias ancestrais, negras, indígenas, femininas, jovens, camponesas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando responder à problemática “como a Via Campesina tem se articulado para *re-existir* às dinâmicas neoextrativistas em curso na América Latina”, a presente monografia foi organizada em três principais seções, excetuando-se o referencial metodológico. Enquanto o capítulo três dedicou-se a contextualizar teórico-conceitualmente o objeto de estudo, isto é, a articulação internacional da Via Campesina, essa foi descrita ao longo dos capítulos quatro e cinco. Especial ênfase dada às *práxis* antissistêmicas e decoloniais construídas durante os trinta anos de construção do processo da Via, como “movimento de movimentos”, composto por diversas entidades de base rurais encontradas por todo o globo.

No capítulo “A América Latina no Século XXI: um olhar do Sul Global”, os marcos teóricos da Análise dos Sistemas-Mundo, da Teoria Decolonial e o paradigma neoextrativista foram contemplados. Partindo da revisão da literatura disponível, entende-se a América Latina enquanto região de semiperiferia do sistema-mundo capitalista, o qual, desde o pós-Segunda Guerra, tem como hegemonia os Estados Unidos (WALLERSTEIN, 2004). Aos anos 1990, como parte da atualização desse arranjo global, são implementadas as instituições do Consenso de Washington – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio – cada uma, à sua maneira, gestando e mantendo o neoliberalismo (OCAMPO; FLORES, 2019). Singularizado pela dura exploração dos povos, seus territórios e bens comuns, é inaugurado como alternativa pelos governos progressistas da América Latina um novo paradigma: o neoextrativismo (GUDYNAS, 2009).

Ainda que esse período tenha sido responsável por diversos avanços sociais e econômicos em se tratando de políticas de distribuição de renda e garantias de direitos, dialeticamente se observa a continuidade do referido processo de exaustão das comunidades vulneráveis, especialmente as do campo, sob a justificativa do desenvolvimentismo. Quando há a alternância de poder – muitas vezes de modo ilegítimo e antidemocrático – para governos direitistas, acirram-se essas práticas, sem que atendam as demandas populares, como era feito anteriormente em forma de políticas compensatórias (SVAMPA, 2020).

Como um todo, a subalternização desses povos e seus territórios, epistemológica e ontologicamente, é continuada desde a colonização das Américas quando se consagrou a categoria raça como marcador da diferença, sendo a matriz colonial de poder fundamentada pela colonialidade do poder, do ser e do saber (QUIJANO, 2020; MALDONADO-TORRES, 2007; DUSSEL, 2008). De toda forma, a violência perpetrada contra o *outro* da ocidentalidade moderna são pautadas na interseccionalidade entre gênero, raça e classe, na tentativa de não

somente subjugar as comunidades não-ocidentais, mas apagar a existência do *outro*, de fato (LUGONES, 2020). Diante disso, a decolonialidade toma forma como processo ímpar de *re-existência* criativa desses indivíduos subalternizados, motivando-os a resguardar seus saberes tradicionais e atuar para romper com as dinâmicas gestadas pela modernidade (MIGNOLO; WALSH, 2018).

É porque os movimentos sociais do campo *re-existem* que perdura a Via Campesina. Surgida em 1993, concomitantemente à consolidação das instituições do Consenso de Washington, a LVC hoje conta com 182 organizações locais e nacionais, distribuídas por 82 países. Contra o neoliberalismo e em defesa da agroecologia em prol da soberania alimentar, essa Organização de Movimentos Sociais Transnacional (OMST) atua pelo “fortalecimento das relações global-local” com vistas a “construir o contra-poder dos movimentos” (SMITH; PLUMMER; HUGHES, 2016, p. 12); além de oferecer ambientes autônomos e transnacionais de formação e consolidação de agendas, cujas normas passam a ter maior relevância para a ação internacional (SMITH; WIEST, 2012).

Partindo dessa visão geral da articulação transnacional Via Campesina, verifica-se que no subcontinente latino-americano no marco do paradigma neoextrativista duas principais formas de *re-existência* são ressaltadas: os Institutos Agroecológicos Latino-Americanos (IALAs) e as conferências internacionais, quer sejam da CLOC ou da Via Campesina Internacional. Quanto a essa última forma de atuação da Via, trouxemos luz a um evento emblemático: a Conferência Internacional por Reforma Agrária, em Marabá (PA), Brasil, realizada em 2016. Em subversão à imposta modernidade, as entidades de base do movimento transnacional difundem a Educação do Campo e a Pedagogia Camponesa Agroecológica (BARBOSA; ROSSET, 2017), assim como a defesa radical de uma Reforma Agrária e Popular (LA VIA CAMPESINA *et al.*, 2018).

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. São Paulo: Unesp, 1996.

ARRIGHI, Giovanni; HOPKINS, Terrence K; WALLERSTEIN, Immanuel. **Antisystemic Movements**. London: Verso, 1989.

BABONES, Salvatore J.; CHASE-DUNN, Christopher. Introduction. *In*: BABONES, Salvatore J.; CHASE-DUNN, Christopher (org.). **Routledge Handbook of World-Systems Analysis**. New York: Routledge, 2012. p. 1–7.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/?lang=pt>. Acesso em: 9 mar. 2023.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 7, n. 11, p. 197–231, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/17048>. Acesso em: 9 mar. 2023.

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América Latina: Aportes da La Via Campesina e da CLOC. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 705–724, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8YqVnPHcmHV6QTwcJzvFjnk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BARZOLA, Erika Judith; BARONI, Paola Andrea. El acercamiento de China a América del Sur: profundización del neoextractivismo e incremento de conflictos y resistencias socioambientales. **Colombia Internacional**, n. 93, p. 119–145, 2018. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/colombia-int/article/view/2859>. Acesso em: 9 mar. 2023.

BORRAS JUNIOR, Saturnino M.; EDELMAN, Marc; KAY, Cristóbal. Transnational agrarian movements: Origins and politics, campaigns and impact. **Journal of Agrarian Change**, v. 8, n. 2-3, p. 169–204, 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1471-0366.2008.00167.x>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRAUDEL, Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRINGEL, Breno. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 16, p. 185–215, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235294>. Acesso em: 26 dez. 2022.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, p. 269–288, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/d3MmHJhmCQ4GBzBPrrF9R4S/?lang=pt>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CAMARGO, Adriane de Sousa. **Globalização e Hegemonia nas Relações Internacionais: o caso da via campesina por uma perspectiva gramsciana**. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-31012014-120405/publico/Adriane_Sousa_Camargo.pdf. Acesso em: 9 mar. 2023.

CASTRO, F. **Educación y Revolución**. La Habana: Nuestro Tiempo, 1974.

CASTRO, Pedro Zucheratto. **Globalizando a Luta: a via campesina como força contra-hegemônica no capitalismo global**. 2020. 101 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/RelacoesInternacionais_PedroZucherattoCastro_8661.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 79-91.

CHASE-DUNN, Christopher. Five Linked Crises in the Contemporary World-System. **Journal Of World-Systems Research**, v. 19, n. 2, p. 175–180, 2013. Disponível em: <http://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/494>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CHASE-DUNN, Christopher; GRIMES, Peter. World-Systems Analysis. **Annual Review of Sociology**, v. 21, n. 1, p. 387–417, 1995. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.so.21.080195.002131>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos; CARVALHO, Giovana Nobre. Feminismo camponês e popular: a voz que vem do campo. **Revista Artemis**, v. 29, n. 1, p. 157, p. 157–171, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/52385>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CHOPLIN, Gerard. The founding of La Via Campesina in Relation to Agricultural Globalisation. In: LA VIA CAMPESINA (org.). **La Via Campesina's Open Book: Celebrating 20 years of struggle and hope**. Bagnolet: LVC, 2013. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-s-open-book-celebrating-20-years-of-struggle-and-hope>. Acesso em: 22 nov. 2022

CLAEYS, Priscilla. Food sovereignty and the recognition of new rights for peasants at the UN: A critical overview of La Via Campesina's rights claims over the last 20 years. **Globalizations**, v. 12, n. 4, p. 452–465, 2015. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14747731.2014.957929>. Acesso em: 9 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración de Quito, V Congreso de la CLOC**. Quito: CLOC; LVC, 2010. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/congreso-de-la-cloc-declaracion-de-quito/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración Política del VII Congreso de la CLOC LVC**. La Habana: CLOC; LVC, 2019. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/declaracion-politica-del-vii-congreso-de-la-cloc-lvc>. Acesso em: 12 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración de Brasília, II Congreso de la CLOC**. Brasília, DF: CLOC; LVC, 1997. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/declaracion-de-brasilia-2>. Acesso em: 12 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración de México, III Congreso de la CLOC**. Tlalpan: CLOC; LVC, 2002. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/declaracion-final-del-iii-congreso-de-la-coordinadora-latinoamericana-de-organizaciones-del-campo-2002-01-01>. Acesso em: 12 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración de Guatemala, IV Congreso de la CLOC**. Iximulew: CLOC; LVC, 2005. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/declaracion-final-del-iv-congreso>. Acesso em: 12 mar. 2023.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO. **Declaración de Argentina, VI Congreso de la CLOC**. Buenos Aires: CLOC; LVC, 2015. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/declaracion-final-del-iv-congreso>. Acesso em: 12 mar. 2023.

COSTA, Luciomar Monteiro da. **Agroecologia na Amazônia desafios e perspectivas no contexto da reforma agrária: um estudo de caso em Ariquemes-Rondônia**. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) — Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186331>. Acesso em: 12 mar. 2023.

DESMARAIS, Annette Aurelie. **Globalization and the power of peasants: La Via Campesina**. Ann Arbor: Pluto Press, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; NICHOLSON, Paul. La Via Campesina: An historical and political analysis. *In: LA VIA CAMPESINA (org.). La Via Campesina's Open Book: Celebrating 20 years of struggle and hope*. Bagnolet: LVC, 2013. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-s-open-book-celebrating-20-years-of-struggle-and-hope>. Acesso em: 22 nov. 2022.

DESMARAIS, Annette-Aurélie. Peasants speak-The Vía Campesina: Consolidating an international peasant and farm movement. **The Journal of Peasant Studies**, v. 29, n. 2, p.

91–124, 2002. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/714003943>. Acesso em: 12 mar. 2023.

DUNFORD, Robin. Peasant activism and the rise of food sovereignty: decolonising and democratising norm diffusion? **European Journal of International Relations**, v. 23, n. 1, p. 145–167, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066115614382>. Acesso em: 9 mar. 2023.

DUSSEL, Enrique. Meditaciones Anti-Cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la modernidad. **Tabula Rasa**, v. 9, p. 153–197, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero09/meditaciones-anti-cartesianas-sobre-el-origen-del-anti-discurso-filosofico-de-la-modernidad/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

ESCHLE, Catherine; STAMMERS, Neil. Taking part: social movements, INGOs, and global change. **Alternatives**, v. 29, n. 3, p. 333–372, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40645120>. Acesso em: 9 mar. 2023.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio J. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2015.

FLÓREZ-FLÓREZ, Juliana. Lectura no eurocéntrica de los movimientos sociales latinoamericanos: las claves analíticas del proyecto modernidad/colonialidad. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 243–266.

GOLDFRANK, W. L. Wallerstein's world-system: roots and contributions. In: BABONES, Salvatore J.; CHASE-DUNN, Christopher (org.). **Routledge Handbook of World-Systems Analysis**. New York: Routledge, 2012, p. 97–104.

GROSGOQUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 63–78.

GUEVARA, E. **Obras escogidas**. Santiago: Digital por Resma, 2004.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: SCHULDT, Jürgen et al. **Extractivismo, Política Y Sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular e Centro Latinoamericano de Ecología Social, 2009, p. 187–225. Disponível em: <http://extractivismo.com/2009/11/extractivismo-politica-y-sociedad/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

HOLT GIMÉNEZ, E. **Campesino a Campesino: voces de Latinoamérica. Movimientos de campesino a campesino para una agricultura sustentable**. Managua: SIMAS, 2008.

HOPKINS, Terrence K; WALLERSTEIN, Immanuel. The World-System: is there a crisis? *In: HOPKINS, Terrence K; WALLERSTEIN, Immanuel (org.). The age of transition: trajectory of the world-system, 1945-2025.* London: Zed Books, 1996, p. 1-13.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: episodes of everyday racism.** 2. ed. Münster: Unrast-Verlag, 2010.

JATOBÁ, Daniel, LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de (coord.). **Teoria das Relações Internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2017.

LA VIA CAMPESINA. **From Maputo to Jakarta: 5 Years of Agroecology in La Via Campesina.** Jakarta: LVC, 2013b. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/from-maputo-to-jakarta-5-years-of-agroecology-in-la-via-campesina/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **Global Campaign for Peasant Seeds, a Heritage of Peoples in the Service of Humanity.** Bagnolet: La Via Campesina, 2022. (Training Module, n. 2). Disponível em: <https://viacampesina.org/en/training-module-n2-global-campaign-for-peasant-seeds-a-heritage-of-peoples-in-the-service-of-humanity/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **Tlaxcala Declaration of The Via Campesina.** Tlaxcala: LVC, 1996. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/who-are-we/our-conferences/2-tlaxcala-1996/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **Bangalore Declaration of The Via Campesina.** Bangalore: LVC, 2000. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/bangalore-declaration-of-the-via-campesina/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **Declaration Of The Via Campesina's Fourth International Conference.** São Paulo: LVC, 2004. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/declaration-of-the-via-campesinas-fourth-international-conference-19th-june/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **La Via Campesina in Action for Climate Justice.** Berlin: Heinrich Böll Foundation, 2018. (Volume 44.6). Disponível em: <https://viacampesina.org/en/publication-la-via-campesina-in-action-for-climate-justice-radical-realism-for-climate-justice/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **La Via Campesina: the global voice of peasants!** Bagnolet: LVC, 2021a.

LA VIA CAMPESINA. **2013 Annual Report.** Harare: LVC, 2014. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2013-annual-report/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2014 Annual Report.** Harare: LVC, 2015. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2014-annual-report/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **2018 Annual Report.** Harare: LVC, 2019. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2018-annual-report/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **Annual Report 2015**. Harare: LVC, 2016. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-annual-report-2015-english-version/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **Annual Report 2016**. Harare: LVC, 2017. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2016-annual-report/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **Annual Report 2017**. Harare: LVC, 2018. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2017-annual-report-is-out/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **Annual Report 2019**. [S.l.]: LVC, 2020. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2019-annual-report/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **Annual Report 2020**. [S.l.]: LVC, 2021. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-2020-annual-report/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **Annual Report 2021**. [S.l.]: LVC, 2022. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LA VIA CAMPESINA. **Managua Declaration**. Managua: LVC, 1992. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/managua-declaration/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **Mons Declaration**. Mons: LVC, 1993. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/who-are-we/our-conferences/1-mons-1993/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

LA VIA CAMPESINA. **Peasant Agroecology for Food Sovereignty and Mother Earth: experiences of La Via Campesina**. Harare: LVC, 2015. (Caderno n. 7). Disponível em: <https://viacampesina.org/en/peasant-agroecology-for-food-sovereignty-and-mother-earth-experiences-of-la-via-campesina-now-available/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **Peasant and Family Farm-based Sustainable Agriculture Can Feed the World**. Jakarta: Via Campesina Views, 2010. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2010/04/Small-Farmers-Feed-the-World.compressed.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **The path of Peasant and Popular Feminism in La Via Campesina**. Harare: LVC, 2021b. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/publication-the-path-of-peasant-and-popular-feminism-in-la-via-campesina/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **Call of the VI Conference of La Via Campesina**. Jakarta: LVC, 2013a. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/the-jakarta-call/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA. **Euskal Herria Declaration**. Euskal Herria: LVC, 2017. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/viith-international-conference-la-via-campesina-euskal-herria-declaration/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LA VIA CAMPESINA *et al.* **New Challenges and Strategies in the Defense of Land and Territory**. Bangkok: Land Research Action Network (LRAN), 2018. (LRAN Briefing Paper

Series, n. 4) Disponível em: <https://focusweb.org/publications/new-challenges-and-strategies-in-defense-of-land-and-territory/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LANDER, Edgardo. Neoextractivismo: debates y conflictos en los países con gobiernos progresistas en suramérica. **Investigaciones Sociales**, v. 20, n. 37, p. 307–314, 2017.

Disponível em:

<https://revistasinvestigacion.unmsm.edu.pe/index.php/sociales/article/view/13481>. Acesso em: 9 mar. 2023.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 51–77. Disponível em:

https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista-hoje_-perspectivas-decoloniais-bazar-do-tempo-_2020.pdf. Acesso em: 9 mar. 2023.

LUGONES, María. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy**, v. 22, n. 1, p. 186–209, 2007. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/4640051>. Acesso em: 9 mar. 2023.

MACHÍN, B S. M. et al. **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 127–168.

MAMANI, Fernando Huanacuni. **Buen Vivir/Vivir Bien**. Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Peru: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade Marconi; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

McCUNE, N.; REARDON, J.; ROSSET, P. Agroecological formation in rural social movements. **Radical Teacher**, n. 98, p. 31–37, 2014.

MEEK, David. Counter-Summitry: La Via Campesina, the People’s Summit, and Rio+ 20. **Global Environmental Politics**, v. 15, n. 2, p. 11–18, 2015. Disponível em:

<https://direct.mit.edu/glep/article-abstract/15/2/11/14805/Counter-Summitry-La-Via-Campesina-the-People-s?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 9 mar. 2023.

MERCHAND ROJAS, Marco Antonio. Neoextractivismo y conflictos ambientales en América Latina. **Espiral (Guadalajara)**, v. 23, n. 66, p. 155–192, 2016. Disponível em:

https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1665-05652016000200155&script=sci_abstract. Acesso em: 12 mar. 2023.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 33–49.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura: un manifiesto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 25–46.

MIGNOLO, Walter. The conceptual triad: Modernity/Coloniality/Decoloniality. *In*: MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine. **On Decoloniality: concepts, analytics, praxis**. Durham: Duke University Press, 2018, p. 135–152. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/9780822371779>. Acesso em: 9 mar. 2023.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. *In*: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 97–118. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista-hoje_-_perspectivas-decoloniais-bazar-do-tempo-_2020.pdf. Acesso em: 9 mar. 2023.

NIEMEYER, Carolina Burle de. **Contestando a governança global: a rede transnacional de movimentos sociais Via Campesina e suas relações com a FAO e OMC**. 2006. 190 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2006. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9463/9463_1.PDF. Acesso em: 10 mar. 2023.

NYÉLÉNI. **About the Nyéléni forum 2007**. Sélingué: Nyéléni, 27 fev. 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/en/about-nyeleni-forum-2007/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

OCAMPO, José; FLORES, Luis Eduardo Bértola. **O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

OLIVEIRA, Beatriz Moreira de. Terra, Comida, Dignidade e Vida: A Luta Feminina como Eixo Estruturante do Movimento La Via Campesina. **Núcleo Feminista de Relações Internacionais – NEFRI**. Disponível em: <https://www.nefri.org/post/terra-comida-dignidade-e-vida>. Acesso em: 16 ago. 2021

OLIVEIRA, Beatriz Moreira de. Feminismo Camponês e Popular: a luta feminina como eixo estruturante do movimento internacional La Via Campesina. *In*: Seminário MaRIAs, 3., 2022, São Paulo. 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: MaRIAs; IRI-USP, 2022, p. 31–36. Disponível em: <https://www.mariasiriusp.com.br/iii-semin%C3%A1rio>. Acesso em: 10 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano**

de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação. Roma: FAO, 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em: 9 mar. 2023.

PENNAFORTE, Charles. **Análise dos Sistemas-Mundo:** uma pequena introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein. Rio de Janeiro: Cenegri, 2011. (Coleção perspectivas do mundo contemporâneo).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *In:* CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 93–126.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In:* LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000, p. 201–242.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In:* QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes:** de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Lima: Clacso, 2020, p. 861–920. Disponível em: http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?id_libro=2238&campo=titulo&texto=cuestiones. Acesso em: 9 mar. 2023.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept; or, the Americas in the modern world-system. **International Social Science Journal**, v. 4, n. 44, p. 549–557, 1992. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000092840>. Acesso em: 9 mar. 2023.

ROSSET, Peter Michael. La reforma agraria, la tierra y el territorio: evolución del pensamiento de La Vía Campesina. **Mundo Agrario**, v. 17, n. 35, 2016. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/55894>. Acesso em: 9 mar. 2023.

SHAWKI, Noha. New rights advocacy and the human rights of peasants: La Via Campesina and the evolution of new human rights norms. **Journal of Human Rights Practice**, v. 6, n. 2, p. 306–326, 2014. Disponível em: <https://academic.oup.com/jhrp/article-abstract/6/2/306/2877888?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SMITH, Jackie *et al.* Transnational Social Movement Organizations and Counter-Hegemonic Struggles Today. **Journal Of World-Systems Research**, v. 24, n. 2, p. 372–403, 2018. Disponível em: <http://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/850>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SMITH, Jackie; PLUMMER, Samantha; HUGHES, Melanie M. Transnational social movements and changing organizational fields in the late twentieth and early twenty-first centuries. **Global Networks**, v. 17, n. 1, p. 3–22, 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/glob.12152>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SMITH, Jackie; WIEST, Dawn. **Social Movements in the World-System:** the politics of crisis and transformation. New York: Russel Sage Foundation, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7758/9781610447775>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2020.

SVAMPA, Maristella Naomí. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 140–173. Disponível em: <https://rosalux.org.br/product/descolonizar-o-imaginario-debates-sobre-pos-extrativismo-e-alternativas-ao-desenvolvimento/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SVAMPA, Maristella Naomí. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Bielefeld: Bielefeld University Press, 2019. Disponível em: <http://library.oapen.org/handle/20.500.12657/25058>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SVAMPA, Maristella Noemí. Cuatro claves para leer América Latina. **Nueva Sociedad**, v. 1, n. 268, p. 50–64, 2017. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/cuatro-claves-para-leer-america-latina/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

VIEIRA, Flávia Braga. Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina. **Revista Nera**, n. 20, p. 58–82, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1865>. Acesso em: 10 mar. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Geopolitics and geoculture**: Essays on the changing world-system. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel. New Revolts Against the System. **New Left Review**, v. 18, n. 1, p. 29–39, 2002. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii18/articles/immanuel-wallerstein-new-revolts-against-the-system>. Acesso em: 10 mar. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: concepts for comparative analysis. **Comparative Studies in Society and History**, v. 16, n. 4, p. 387–415, 1974. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/s0010417500007520>. Acesso em: 10 mar. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis**: an introduction. Durham: Duke University Press, 2004.

WALSH, Catherine. The Decolonial *For*: Resurgences, Shifts, and Movements. *In*: MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine. **On Decoloniality**: concepts, analytics, praxis. Durham: Duke University Press, 2018, p. 135–152. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/9780822371779>. Acesso em: 9 mar. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO 1

Quadro 7 — Relação de organizações-membro da via campesina por região e país

REGIÃO	PAÍS	ORGANIZAÇÕES
América Central	Costa Rica	UPA Nacional, Mesa Nacional Campesina de Costa Rica (MNC-CR), Unión Nacional de Productores Agropecuarios Costarricense (UNAG).
	El Salvador	Asociación Nacional de Trabajadores Agropecuarios (ANTA), Federación de Cooperativas de la Reforma Agraria Región Central (FECORACEN de R.L.), Unión Nacional de Trabajadores Agropecuarios (UNATA), Asociación de Veteranos de la Guerrilla Salvadoreña (AVEGSAL), Fundación de Promotora de Cooperativas (FUNPROCOP), Movimiento Vida y Equidad Campesina (MVEC), Asociación y agropecuaria y Pesquera de la Cuencia del Lago Ilogango (APRIL).
	Guatemala	Comité de Unidad Campesina (CUC), Coordinadora Nacional Indígena y Campesina (CONIC).
	Honduras	Central Nacional de Trabajadores del Campo (CNTC), Consejo para el Desarrollo Integral de la Mujer Campesina (CODIMCA), Unión Campesina e Indígena de Honduras (UCIH), Asociación para el Desarrollo Rural de Honduras (ADROH), Federación Nacional de Asociaciones de Cooperativas de Producción Agropecuarias (FENACOPAZ).
	Nicarágua	Asociación de Trabajadores del Campo (ATC), Mesa Agropecuaria y Forestal (MAF).
	Panamá	Unión Campesina Panameña (UCP), Unión Indígena y Campesina (UIC), Organización Campesina CIOCESANA 15 de Mayo (EMBALSES), Organización Campesina contra los Embalses y la Minería de coele y colón (CLOCLESANA).
Caribe	Antilhas	Cane Farmers Association.
	Cuba	Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP).
	Dominique	WINFA Dominica Local Branch.

	Haiti	Mouvman Peyizan Nasyonal Kongre Papay (MPNKP), Tet Kole ti Peyizan Ayisyen (TK), Mouvement Paysan de Papaye (MPP).
	Ilhas de Barlavento	Association of Caribbean Farmers (WINFA)
	Porto Rico	Organización Boricuá de Agricultura Eco-Organica (BORICUÁ).
	República Dominicana	Federacion de Productores del Bosque Seco (FEPROBOSUR), Federacion de Caficultores del Sur (FEDECARES), Confederacion de Organizaciones Campesinas y Barriales del Sur (RETOÑO), Asociacion Central de Agricultores Luz y Esperanza de Nagua (ACALEN), Movimiento de Campesinos Trabajadores Las Comunidades Unidas (MCCU), Federacion de Campesinos Independientes Mamá Tingó (FECAIMAT), Confederación Nacional de Mujeres Campesinas (CONAMUCA).
	Santa Lúcia	National Farmers Association
	São Vicente	National Farmers Union
América do Sul	Argentina	Asociación de Pequeños productores del Noreste de Córdoba (APENOC), Coordinadora de campesinos, indígenas y trabajadores rurales (COCITRA), Consejo Asesor Indígena (CAI), Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE), Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI).
	Bolivia	Confederación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia “Bartolina Sisa” (FNMCB), Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia, Movimiento de Trabajadores sin Tierra (MST).
	Brasil	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

		Movimiento dos Pequenos Agricultores (MPA).
	Chile	Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI), Confederación Ranquil, Asamblea Nacional Mapuches de Izquierda, Consejo Nacional de Productores de Chile (CONAPROCH).
	Colômbia	Coordinador Nacional Agrario (CNA), Federación Nacional de Cooperativas Agropecuarias (FENACOA), Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (FENSUAGRO-CUT).
	Equador	Confederación Única de Afiliados al Seguro Social Campesino de Ecuador (CONFEUNASSCE), Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras (FENOCIN), Federación Nacional de Trabajadores Agroindustriales, Campesinos e Indígenas Libres del Ecuador (FENACLE), Confederación de Pueblos, Organizaciones indígenas Campesinas del Ecuador (FEI), Coordinadora Nacional Campesina Eloy Alfaro (CNC).
	Paraguai	Organización de Lucha por la Tierra (OLT), Mesa Coordinadora de Organizaciones Campesinas (MCNOC), Movimiento Campesino Paraguayo (MCP), Organización Nacional de Aborígenes e Indígenas de Paraguay (ONAI), Movimiento Agrario y Popular (MAP), Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI).
	Peru	Confederación Nacional Agraria (CNA), Confederación Campesina del Perú (CCP), Federación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas, Nativas y Asalariadas de Perú (FENMUCARINAP).
	Uruguai	Red de Mujeres Rurales de Uruguay (RMRU).
	Venezuela	Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora (FNCEZ), Coordinadora Agrária Nacional Ezequiel Zamora (CANEZ).
América do Norte	Canadá	National Farmers Union (NFU), Union Paysanne.
	Estados Unidos	Lideres Campesinas (Women Farmworker Network), Family Farm Defenders, Border

		Farm Workers Project — Unión de Trabajadores Agrícolas Fronterizos (BAWP), Farmworkers Association of Florida — Asociación Campesina de Florida (FWAF), Rural Coalition (RC), National Family Farm Coalition (NFFC).
	México	Union Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autonomas (UNORCA).
Sul e Leste Africano	África do Sul	Landless Peoples Movement (LPM)
	Moçambique	União Nacional de Camponeses (UNAC)
	República Democrática do Congo	Confédération Paysanne du Congo (COPACO/PRP)
	Tanzânia	Mtandao wa Vikundi vya Wakulima Tanzania (MVIWATA)
	Zimbabwe	Zimbabwe Smallholder Farmer Forum (ZIMSOFF)
Oeste e África Central	Congo	Concertation Nationale des Organisations Paysannes et des Producteurs Agricoles du Congo (CNOP-Congo)
	Gâmbia	National Coordinating Organisation of Farmer Associations Gambia (NACOFAG)
	Ghana	Ecumenical association for sustainable agriculture and rural development (ECASARD)
	Guiné-Bissau	Cadre national des organisations paysannes et de producteurs agricoles de la Guinée Bissau
	Mali	Coordination Nationale des Organisations Paysannes (CNOP)
	Níger	Plateforme Paysanne du Niger (PFPN)
	Senegal	Conseil National de Concertation et de Cooperation des Ruraux (CNCR)
	Togo	Coordination Togolaise des Organisations Paysannes (CTOP).
Sul da Ásia	Bangladesh	Bangladesh Agriculture Farm Labour Federation BAFLF.
	Índia	Bharatiya Kisan Union (BKU), Karnataka

		Rajya Raita Sangha (KRRS), Kerala Coconut Farmers Association, Nandya Raita Samakya, Tamizhaga Vivasayigal Sangham (Tamil Nadu Farmers Association), Adivasi Gothra Mahasabha.
	Nepal	All Nepal Peasants' Federation (ANPFA), Nepal Agricultural Labor Association, Nepal National Fish Farmers Association, Nepal National Peasants Women's Association.
	Paquistão	Pakistan Kisan Rabta Committee (PKRC), Pakistan
	Sri Lanka	Movement for National Land and Agricultural Reform (Monlar)
Sudeste e Leste Asiático	Cambodja	Farmer and Nature Network (FNN).
	Coreia do Sul	Korean Peasant League (KPL), Korea Women Peasant Association (KWPA).
	Filipinas	Kilusang Magbubukid ng Pilipinas (KMP), Pagkakaisa para sa Tunay na Repormang Agraryo at Kaunlarang Pangkanayunan (PARAGOS).
	Indonésia	Indonesian Peasant Union (SPI).
	Japão	Nouminren (Japan Family Farmers Movement).
	Malásia	Borneo Indigenous Peoples Movement (PANGGAU),
	Tailândia	Northern Peasant Federation (NPF), Assembly of the Poor (AOP).
	Taiwan	Taiwan Farmers Union.
	Timor Leste	Movimentu Kamponeses Timor Leste (MOKATIL).
	Vietnã	Vietnam National Farmers Union (VNFU).
Europa	Alemanha	Arbeitsgemeinschaft bäuerliche Landwirtschaft (AbL).
	Áustria	Österreichische Bergbauernvereinigung.
	Bélgica	Mouvement Action Paysanne (MAP), Fédération unie des groupements des éleveurs

		et agriculteurs (FUGEA).
	Dinamarca	Frie Bøender.
	Espanha	Sindicato Labrego Galego (SLG) — Galicia, Sindicatos de Obreros del Campo (SOC)-Andalucía, Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos (COAG), EHNE Bizkaia - País Basco.
	Finlândia	Esvy-ry.
	França	Confédération nationale des syndicats des exploitants familiaux (MODEF), Confédération Paysanne.
	Geórgia	Biological Farming Association Elkana.
	Itália	Associazione Italiana per l'Agricoltura Biologica (AIAB), Associazione Rurale Italiana (ARI).
	Noruega	Norske bonde-og Smabrukarlag (NBS).
	Países Baixos	Toekomstboeren.
	Portugal	Confederação Nacional da Agricultura (CNA).
	Reino Unido	Land worker's alliance, Scottish Crofting Federation.
	Romênia	Ecoruralis.
	Suécia	Nordbruk.
	Suíça	Uniterre.
	Turquia	Çiftçi Sendikaları Konfederasyonu.
Emerging Regions	Marrocos	Federation Nationale du Secteur Agricole (FNSA).
	Palestina	Union Of Agricultural Work Committees (UAWC).
	Tunísia	Million Rural Women (MRW).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do site oficial da Via Campesina (2022).